



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO DA 4.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 30 DE SETEMBRO DE 2003 -----

-----ACTA N.º 6/03 -----

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e três no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Primeira Secretária a Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e como Segundo Secretário, o Senhor Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

-----Pelas quinze horas e quarenta minutos, a Senhora Presidente da A.M. em exercício declarou iniciada a 1.<sup>a</sup> Reunião da 4.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e nove Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís de Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Lopes Neno, António José Dias da Silva, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, Elisabete Maria Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria da Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, Rogério Manuel Ferreira Simões Carneiro, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Luís Miguel Pereira de Sousa, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Pedro Duarte Alves de Lara Everand, João Carlos Macedo Viegas, António José Coutinho Lopes Cabral, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de

Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivotto) desta Assembleia Municipal. -

## **2. ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### ----- ORDEM DE TRABALHOS -----

1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1218/03 relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2003 a ser cobrada em 2004 – Ofício N.º 44454-03.09.18;-----
2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1213/03 relativa à Taxa a Aplicar na Contribuição Autárquica referente ao ano de 2003 e aos Valores Patrimoniais dos Prédios Urbanos – Ofício N.º 44455-03.09.18; -----
3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 925/03 relativa à Inserção do Sistema de Identificação Electrónica de Animais – Alteração à Tabela de Taxas – Rectificação da Deliberação tomada em Reunião de Câmara de 28/05/03 – Ofício N.º 43539-03.09.15; -----
4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1005/03 relativa ao Programa de Habitação Jovem no Centro Histórico de Oeiras – Aquisição de Edifício na Rua Marquês de Pombal, N.º 3 A 7 – Ofício N.º 43540-03.09.15; -----
5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1059/03 relativa ao Regulamento sobre dispensa de Projectos de Execução, para efeitos do disposto no N.º 4 do Art.º 80 do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de Dezembro na redacção introduzida pelo Decreto-Lei N.º 177/01, de 4 de Junho – Ofício N.º 43541-03.09.15; -----
6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 917/03 relativa ao Proc.º OCP N.º 1229/62 – Desafectação do Domínio Público e Integração no Domínio Privado do Município de uma Parcela de Terreno situada em Porto Salvo – Ofício N.º 43542-03.09.15; -----
7. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1214/03 relativa ao Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro de Leião – Rectificação do Art.º 1.º - Ofício N.º 44453-03.09.18; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

8. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1262/03 relativa à Permuta de Parte do Art.º 805, pelo Lote 10 do Loteamento denominado “Fórum Oeiras” entre a Masterroof, Ld.<sup>a</sup> e a C.M.O. – Ofício N.º 44456-03.09.18; -----

9. Agendamento do Bloco de Esquerda ao abrigo do Art.º 25.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----

10. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1288/03 relativa à Desafecção de Duas Parcelas de Terreno e Cedência do Direito de Superfície ao nível do Subsolo; -----

11. Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **3. APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

#### **3.1. Acta da 1.ª Reunião da 3.ª Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2003 – ACTA N.º 4/2003**

##### **3.1.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção do Partido Socialista. -----

#### **3.2. Acta da 2.ª Reunião da 3.ª Sessão Ordinária de 7 de Julho de 2003 – ACTA N.º 5/2003 -**

##### **3.2.1. VOTAÇÃO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção do Partido Socialista. -----

### **4. PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Por deficiência de gravação, não é audível o início deste Período. O que se transcreve a seguir é com base nos apontamentos retirados pelas funcionárias que estavam presentes:** -----

-----**“Foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento da funcionária desta Assembleia, Senhora Dona Maria Madalena Lacerda Carvalho David, que durante muitos**

**anos trabalhou neste Órgão Autárquico.”** -----

**4.1. Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “...não sei se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra a este propósito?

Faz favor Senhor Deputado.” -----

**4.2. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**-----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira pediu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Um pedido de esclarecimento se fosse possível. Tem sido prática nesta Assembleia, que as Moções apresentadas no dia da Assembleia sejam discutidas na reunião seguinte.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado nem sempre tem sido assim, por vezes as Moções que são apresentadas, são discutidas e votadas na Sessão Ordinária, isso só não acontece na reunião de continuidade, em que não há Período Antes da Ordem do Dia” -----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu dizendo o seguinte: - -----

----- “Senhora Presidente, nós efectivamente temos combatido desde o início deste Mandato essa situação, que nos parece francamente infeliz, de uma Moção perder muitas vezes a actualidade quando é adiada para a reunião seguinte, daí a minha estranheza neste caso concreto, acho de toda a actualidade, de toda a necessidade fazer a votação desta Moção. Estava a pensar, foi em todas as outras que foram adiadas e que não foram discutidas no dia da sua apresentação, e que perderam por isso a actualidade que lhes era devida.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Parece-me que de facto esta Moção, nós podemos adiar se assim entenderem, de qualquer forma penso que perderá oportunidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu dizendo o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte: -- -----

-----“Então Senhora Presidente, só iria pedir à Mesa que em termos futuros tivesse o mesmo procedimento com outras Moções, cuja actualidade quando é passada para a reunião seguinte. Portanto, solicito à Mesa que em situações futuras, seja tido em consideração o facto apontado para a votação desta Moção, que efectivamente me parece de toda a legitimidade ser discutida e votada hoje, mas que seja seguido o mesmo critério quando forem apresentadas outras Moções sobre outras matérias, que infelizmente são relegadas para Sessões seguintes, que muitas das vezes perdem toda e qualquer oportunidade. Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

-----“Ora bem, a Mesa que não está completa, como sabem o Senhor Presidente da Mesa está a chegar, não quero proceder a qualquer tipo de alteração a este propósito, de forma que perguntava aos Líderes do Grupo Parlamentar do PPD/PSD que são os primeiros subscritores desta Moção, se não vêem nenhum inconveniente em adiá-la para a próxima reunião. -----

-----Volto a pôr a questão Doutor Pracana: estamos em presença da Moção apresentada pelo Grupo político municipal do PPD/PSD, em que se pretende louvar o esforço das cooperações dos Bombeiros do Concelho. Foi levantada a questão das Moções só serem submetidas a discussão e aprovação, nas reuniões seguintes àquelas em que são apresentadas, perguntava aos Líderes dos cinco Grupos Parlamentares, se vêem algum inconveniente no adiamento na inclusão para a próxima Sessão, desta Moção?”-----

**4.3. Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. O PSD efectivamente entende que a uniformidade de critérios é fundamental, e aquilo que a Mesa decidiu nesta matéria, se assim for entendido no adiamento em relação às duas Moções que deram entrada hoje, nada têm a opor obviamente.” -----

**4.4. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, partilho da mesma opinião, sendo que, se realmente formos discutir este assunto que na realidade está na ordem do dia, infelizmente está na ordem do dia, seria interessante e louvável fazermos registo e louvar o serviço dos Bombeiros no dia de hoje, mas alerta para que se for discutida esta Moção, poderemos abrir um precedente, que poderá futuramente ser utilizado com outros fins.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Então ficam...” -----

**4.5. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, se me permitisse uma última intervenção sobre este ponto, que fique totalmente claro que da parte da CDU há total disponibilidade para discutir esta Moção, como muitas outras, não pomos qualquer obstáculo à sua discussão hoje, pensamos que o assunto apresentado pela Bancada do PSD é de muitíssima importância, poderia e deveria ser discutida a Moção e votada nesta Sessão, portanto, queremos deixar a nossa posição bem clara, a CDU apoia todo o esforço das Cooperações de Bombeiros do Concelho de Oeiras, estaremos na disposição efectivamente, se for esse o entendimento da Mesa, discutirmos e votarmos essa Moção hoje.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa no entanto não quer proceder a alterações quanto a estes procedimentos, fica a sugestão que estes assuntos sejam eventualmente discutidos, se assim entenderem na reunião de Líderes, sendo certo que estas duas Moções passarão para agendamento na próxima Sessão da Assembleia Municipal. Vamos então...” -----

**4.6. Sr. Carlos Gaivoto (B.E.)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto interrompeu dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente desculpe lá, sou um dos proponentes da outra Moção, pelo menos tenho que ter aqui alguma...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu referindo o seguinte: ---

-----“Senhor Deputado já ficou decidido que não eram discutidas as Moções hoje.” -----

-----**O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (B.E.)** disse o seguinte: -----

-----“Ficou decidido pela Mesa. A própria Mesa pôs em contradição os procedimentos que tem havido, faço uma proposta em alternativa: face à última intervenção do Deputado que invocou este problema e que se retractou; face à pertinência que tem a actualidade da Moção apresentada pelo PSD, proponho que novamente estas Moções sejam discutidas hoje.” -----

-----**O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** referiu o seguinte: -----

-----“Um esclarecimento ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto, peço imensa desculpa por estar a tomar tanto tempo, não me retractei rigorosamente nada, nós desde a primeira Sessão que andamos a solicitar que os Requerimentos sejam discutidos e votados na própria reunião em que são apresentados, não tem sido esse, efectivamente, o entendimento da Mesa e muitas Moções têm perdido a sua oportunidade. Mais uma vez a Assembleia Municipal de Oeiras perde, digamos assim, o seu direito de intervir em muitos assuntos, por esta prática que consideramos até algo estranho. Não houve qualquer recuo ou diferença no nosso tipo de acção, a única coisa que achámos estranho foi a Mesa ter efectivamente, parecia que estava a querer assumir uma posição divergente, foi só isso, muito obrigado.” -----

**4.7. Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, ao abrigo do Regimento desta Assembleia, seu artigo trinta e cinco, número um, alínea d), diz: “À apreciação e votação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o Município e que sejam apresentadas por qualquer Membro da

Assembleia, será analisada no Período Antes da Ordem do Dia”. O princípio que esta Assembleia tem seguido, é o adiamento das Moções para as Assembleias seguintes, porque pensamos nós, Bancada do PS, obviamente as Moções que têm sido apresentadas precisam de estudo por parte das Bancadas para se pronunciarem, sobre esta Moção do PSD e do PP sobre os Bombeiros, e o papel dos Bombeiros nos incêndios e nos fogos, penso eu, e pensa a Bancada do PS, que todos estamos em condições de poder discutir esta Moção, podermo-nos debruçar sobre ela, porque ninguém tem dúvidas sobre o assunto. Penso que esta Moção deve ser hoje claramente discutida, tem a ver com o que se passou muito recentemente, pode perder a sua oportunidade se não for discutida aqui hoje.-----

----- Muito obrigado.” -----

#### **4.8. Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “Sugeria uma metodologia, se não virem nenhum inconveniente, vamos passar ao Período Fora da Ordem do Dia, depois de se fazer as intervenções e após a chegada do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por mim já tomei a minha posição, adiar as Moções para a próxima Sessão desta reunião da Assembleia Municipal. -----

----- De qualquer forma se outro entendimento for tido por conveniente, será comunicado aos Senhores Deputados, para já vamos dar abertura às inscrições para o Período Fora da Ordem do Dia. -----

----- Senhor Deputado Tavares da Cruz faz favor.” -----

#### **4.9. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – INTERPELAÇÃO À MESA -----**

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte Interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, peço desculpa, é só uma Interpelação à Mesa. Na reunião de trinta de Junho de dois mil e três, em resposta a um pedido de esclarecimento que me é apresentado, a Senhora Presidente fez referência que iria enviar para esta Assembleia por escrito,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma resposta sobre o que se passa relativamente à Quinta do Sobreiro em Barcarena, perguntava à Mesa, se efectivamente a Senhora Presidente tinha recebido qualquer informação sobre este assunto. Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, tenho que consultar os serviços, de memória não sei, foram enviadas várias informações a semana passada, daqui a meia hora já lhe dou a resposta. -----

-----Senhor Deputado Tavares da Cruz se faz favor.” -----

### **4.10. Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em primeiro lugar quero saudar a Presidente desta Assembleia, ao mesmo tempo lamentar mais uma vez a sistemática falta do Senhor Presidente. Queria levantar duas questões: congratular com a iniciativa que a Câmara Municipal teve de publicar, uma espécie de bibliografia, de João de Freitas Branco, um ilustre homem da cultura portuguesa, mas ao mesmo tempo chamar a atenção, no meu ponto de vista uma falta que tem aqui, é referido o aspecto digamos de que foi Director Geral dos Assuntos Culturais e Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente, penso que seria útil e justo incluir aqui o papel que teve como Deputado Municipal desta Assembleia. João de Freitas Branco foi Deputado Municipal, portanto, se houver uma reedição deste documento penso que seria importante a sua inclusão como Deputado Municipal. -----

-----Um outro aspecto que é o seguinte: a CDU vai solicitar a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos na próxima Sessão da Assembleia, discussão do projecto de loteamento urbanístico do Rossio de Porto Salvo, já fez chegar à Mesa o respectivo documento, por considerar que este assunto é um assunto importante, que tem sido objecto de discussões na Junta de Freguesia de Porto Salvo, objecto de discussões na população, que a própria população já enviou documentação à Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Direcção Regional de

Ordenamento do Território e ao Tribunal Constitucional, consideramos que para apoio da discussão que irá ser feita nesta Assembleia, a Câmara Municipal deveria preparar e fazer um ponto da situação, com a documentação que fosse necessária. Lembro que de facto esta questão, penso que já foi aprovada pela Câmara e nesta Assembleia há bastante tempo, a importância da sua discussão no nosso ponto de vista exige que, de facto, os respectivos documentos sejam facultados a todos elementos desta Assembleia. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

**4.11. Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----**

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “Gostaria de referir alguns aspectos sobre o Bairro Social do Alto dos Barrinhos. Este Bairro revela bem a filosofia que tem presidido à construção da habitação social desta Câmara, de facto, este bairro resultou de uma alteração processada à pressa e muito discutível do PDM, que apenas procurou de facto favorecer o proprietário do terreno. A CDU votou contra a alteração do PDM, que foi apenas viabilizada pelo PSD e pelo PS, este projecto do Alto dos Barrinhos ainda incompleto, revela de certo modo o rigor ou a falta de rigor, como são geridos os recursos municipais que são dinheiros públicos e que saem do bolso de todos nós. -----

----- Ainda estão por concluir cerca de duzentos e quarenta fogos, está praticamente concluída a estrutura exterior e que está a deteriorar-se com o tempo, sem se saber sequer quando é que aquilo ficará desbloqueado e construído. O Bairro na verdade foi construído à pressa e as pessoas foram ali encaixotadas, é o termo, sem equipamentos sociais ali criados, implantados, sem zonas verdes para servir aquelas populações, sem transportes públicos, ainda hoje continuam sem transportes públicos, este Bairro é um bom exemplo da demagogia política em matéria de habitação social, e, também um bom exemplo como não se deve gerir os dinheiros públicos, como já foi dito não são muito abundantes e saíram do bolso de todos os contribuintes.

----- Gostaríamos de perguntar à Câmara para quando prevê que estará concluído, de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, aquela parte do projecto de duzentos e tal fogos que estão no placard da Câmara, que continuam por concluir. -----

-----Gostaríamos também de abordar o Bairro Social da Encosta do Moinho, Outurela/Portela-Carnaxide, isto resulta tudo de visitas que os autarcas eleitos da CDU fizeram a estes dois locais, não estamos a falar de cor, nem porque lemos no papel, foi o que vimos lá e conversámos com as pessoas. Este Bairro da Encosta do Moinho, construído em mil novecentos e oitenta e nove, em terreno que não pertencia ao Município, encerra uma história que merece bem ser contada ao povo de Oeiras, para que fique a saber o rigor com que a Câmara gere os recursos públicos, os dinheiros públicos. De facto, a Câmara Municipal de Oeiras esbanjou milhões de euros com aquele Bairro, que posteriormente mandou emparedar, continuam as casas emparedadas, mas como nem todos os moradores saíram dali, estão ainda uma boa parte dos moradores a conviver e a coabitar com ratos, baratas, que são nascidos e criados nas casas que estão emparedadas, que depois se transferem para as casas que estão habitadas. -----

-----Há dias dizia-nos uma família que na verdade, coabitar diariamente com ratos, baratas, não é de facto digno de um Bairro Social, porque era exactamente isto que eles tinham nas barracas de onde saíram, quando foram para ali transferidos. -----

-----Gostaríamos também de referir que mais uma vez se verificou no Concelho de Oeiras, na época balnear que acabou, acerca da qualidade da água nas praias do Concelho de Oeiras. A Câmara Municipal de Oeiras mais uma vez colocou-se à margem da Lei, visto que não respeitou as Leis nem as Normas instituídas, não foram afixadas nas praias os resultados das análises efectuadas pelos laboratórios municipais, como a Lei determina. Também não foi respeitado nem cumprido, o requerimento que a CDU em devido tempo aqui apresentou. -----

-----Durante a época balnear, não foram remetidos resultados absolutamente nenhuns, para a Assembleia Municipal, agora que a época balnear terminou, a Câmara Municipal mandou por atacado os resultados das análises, ficámos a saber o estado em que elas se encontravam, são

mais encarnadas do que verdes, no fim da época balnear. Isto não responde, não cumpre com o requerimento que a CDU fez, porque não é fora de tempo, em que já não há nada a fazer, que a Câmara manda à Assembleia Municipal os resultados das águas, de uma época que já terminou. Chama-se mais uma vez a atenção das pessoas, para o facto de muitos milhares de banhistas que frequentaram estas praias, foram mais uma vez enganados, porque compraram “gato por lebre”, não sabiam em que estado estava aquela água, as pessoas frequentaram em grande escala as praias do Concelho de Oeiras, num estado em que muitos casos, como revelam aqui as análises, estavam impróprias para consumo, deviam inclusivamente estar interditadas a banhistas, mas foram frequentadas, porque a Câmara não respeitando o que a Lei determina, que era afixar à entrada das praias estes resultados, se a partir dali os banhistas quisessem mergulhar nesta água, a responsabilidade era deles, como não fez isso a responsabilidade é da Câmara. -----

----- Por aqui, na verdade se poderá concluir que a saúde pública, para esta Câmara ou para esta maioria, é coisa de pouco valor, pelo que não vale a pena sequer cumprir a Lei, era isto exactamente que se passava no tempo da ditadura, mas mais, a Câmara Municipal de Oeiras como não está acostumada, ou a Senhora Presidente já não controla a sua agenda, já põe de parte as Leis, não as cumpre e não dá “cavaco”. Por exemplo, o artigo quinto, do Regulamento da Comissão Municipal de Saúde diz: aprovado pela Câmara por unanimidade e aprovado pela Assembleia Municipal por unanimidade, diz no seu ponto cinco: “a Comissão reúne ordinariamente três vezes por ano, em Março, Julho e Outubro”, também aqui a Câmara não respeitou nem cumpriu com as normas que havia aprovado, a reunião de Julho não se efectuou, compreende-se, sabia-se que vinha para cima da Mesa o problema do estado sanitário das praias do Concelho, então o melhor é não reunir, viola-se os Regulamentos, não se efectua a reunião da Comissão e não se levantam os problemas que se tinham que levantar, isto é espantoso, porque a Comissão Municipal de Saúde é um Órgão consultivo, que trabalha gratuitamente para a Câmara, dá o seu contributo com todo o gosto, gratuito, para a Câmara, e a Câmara em vez de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aproveitar esta potencialidade, este bem que tem ali à sua mão despreza, não reúne, até nem sequer cumpre com os Regulamentos que havia aprovado como já foi dito. -----

-----Na verdade o que a Câmara quis, ao evitar esta reunião da Comissão Municipal de Saúde de Julho, foi evitar-se ser confrontada exactamente com o estado sanitário em que as praias se encontravam, assim vai a democracia na Câmara de Oeiras presidida por esta maioria, de facto, repito outra vez, no tempo da ditadura era assim. -----

-----Por último para terminar, pergunto à Câmara para quando o termo das obras de “Santa Engrácia” do Bairro da Medrosa? Deveriam estar prontas em Junho, estamos no fim de Setembro, aquilo está ainda um matagal digno de qualquer Bairro dos arredores de Marraquexe. Na verdade as obras daquele Bairro já deveriam estar concluídas há cerca de dez anos, mas como não foram na devida altura, a Câmara pôs lá no Verão do ano passado um placard com o custo da obra, e com o termo da obra, eram oito meses para execução, já lá vão bastante mais do que oito, já lá vai quase um ano e a obra continua numa poeirada, as crianças continuam a brincar na terra e na relva, as pessoas continuam a respirar o ar puro que a poeirada levanta e entra pelas casas dentro. ---- -----

-----Muito obrigado.”-----

### **4.12. Sr. João Viegas (PS)** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde à Senhora Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Vereadoras e Vereadores, ilustres Deputadas e Deputados e aos cidadãos que estão presentes. -----

-----O motivo que me levou a pedir a palavra refere-se com as Ribeiras do Concelho, mais especificamente com a Ribeira de Barcarena. Nos finais de Agosto na Comunicação Social, começaram a surgir notícias de peixes mortos, nomeadamente enguias, que é uma espécie muito sensível à poluição na Ribeira de Barcarena, os nossos autarcas na Freguesia de Barcarena que

estão atentos foram ao local, fizeram contactos com a população, verificaram “in loco” que era verdade, não só havia peixes mortos, como durante algum tempo houve um cheiro nauseabundo que emanava das águas da Ribeira de Barcarena, soubemos também que a Câmara Municipal e os seus Serviços recolheram amostras da dita água para análise, que foi informado o Delegado de Saúde Pública e o Ministério do Ambiente. O que nós pretendemos saber é: se já se sabe quais foram os resultados das referidas análises, que medidas foram tomadas pela Câmara Municipal de Oeiras em relação ao sucedido, que fiscalização foi efectuada com vista a localizar a fonte do derrame do presumível produto, derramado ou vazado, se está prevista a limpeza do leito e margens da Ribeira que tarda, e foi prometida pela Senhora Presidente da Câmara, se houve alguma informação escrita por parte do Delegado de Saúde Pública e do Ministério do Ambiente. Continuando na questão das Ribeiras, queria agora reportar aqui uma notícia numa entrevista dada pela Senhora Presidente ao “Diário de Notícias”, em onze de Fevereiro de dois mil e dois, sensivelmente há um ano e meio, onde cita a poluição das Ribeiras do Concelho de Oeiras, afastou os munícipes destes aprazíveis recursos naturais, que esperam agora por melhores águas, para poderem voltar a ser usufruídas por todos. -----

----- Mais à frente diz: “há que requalificar as margens, arranjar circuitos pedonais para as Ribeiras se integrarem no dia-a-dia dos munícipes como zonas de lazer importante”, como constatamos e isso será mais à frente discutido, enfim, a fraca e infeliz ineficácia com que tem sido aplicado os projectos, nomeadamente, na área de defesa do ambiente, portanto, o acumulado vem até agora em vinte e seis por cento, até Agosto, até ao final do ano seriam precisos setenta e quatro por cento, a nossa pergunta era: saber como é que está esta situação das Ribeira dar também uma sugestão, a título um pouco humorístico, no caso de haver já um circuito pedonal na Ribeira do Jamor, que a Senhora Presidente distribua aerossóis e molas para o nariz dos munícipes, porque nos últimos meses o cheiro é nauseabundo para as populações da Cruz Quebrada/Dafundo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Muito obrigado.” -----

### **4.13. Sr. Carlos Gaivoto (B.E.)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte: -----

-----“Nesta primeira intervenção após as férias, tenho que me congratular com o actual Ministro dos Assuntos Parlamentares, na semana passada ter referido nos Jornais que: “é preciso elevar a produção na Assembleia da República”, referia-se ele, “e a qualidade das intervenções”, penso que transpondo salvo as devidas distâncias, isto para a Assembleia Municipal, nós aqui quando apresentamos Moções é precisamente para elevar o nível de discussão, e trazer propostas concretas para esta Assembleia, daí estar um pouco chocado com o facto de haver aqui dualidade de critérios, ou seja, umas vezes as Moções interessam, outras vezes as Moções não interessam, penso que qualquer Moção é resultado...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu, dando o seguinte esclarecimento: -----

-----“Senhor Deputado permite-me interrompê-lo. A Mesa e admito isso, teve dois lapsos, um foi sobre a constituição desta Mesa de que não dei uma satisfação os Senhores Deputados, a minha colega Alexandra faltou e pedi a colaboração do Senhor Deputado Alexandre. A outra foi de facto sobre as Moções, já estive a ler o Regulamento, e já tenho esclarecimento para dar após as intervenções. É que de facto as Moções só não são admitidas quando há continuidade da Sessão, quando há Período Antes da Ordem do Dia, as Moções são admitidas e são discutidas na própria reunião. -----

-----A minha intenção foi de facto, não me parece que os Deputados façam algumas observações sem ter justificação, portanto, fiquei um bocadinho balançada, mas estive a ler o Regulamento: as Moções são admitidas e quando os Senhores Deputados entendem são discutidas na primeira reunião da Sessão Ordinária, só não são admitidas quando a Sessão tem continuidade, a segunda reunião não tem Período Antes da Ordem do Dia, de facto, não há

discussão e votação de Moções, portanto, quando os Senhores Deputados acabarem as suas intervenções, a Senhora Presidente ou os Senhores Vereadores tiverem prestado os esclarecimentos que entenderem convenientes, voltaremos a este assunto. -----

----- Muito obrigado, peço desculpa da interrupção, pode continuar.” -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (B.E.)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: - -----

----- “Congratulo-me por essa posição, a questão seguinte é que a minha intervenção tem a ver propriamente com a Moção apresentada, tanto mais que é um assunto que me parece bastante pertinente, nós estamos em período de facto de revisão do PDM, temos necessidade de ajustar este PDM de acordo com as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território, temos uma Comissão de Mobilidade e de Revisão do PDM constituída, portanto, a Moção basicamente aquilo que diz é que: face a este cenário, nós teremos para além de fazer o Workshop de dia catorze de Outubro, que acho uma boa iniciativa e louvável, também temos que começar desde já a pensar fazer o Plano de Mobilidade do Concelho de Oeiras, que será um instrumento bastante importante e que ajudará a revisão do PDM.-----

----- Nesse sentido a Moção, peço que também seja distribuída, até para maior conhecimento de todos os Deputados e não só os Líderes de Bancada, a todos os Deputados desta Assembleia.” -----

**4.14. Sr. Manuel Teixeira (J.F. Caxias)** -----

----- O Senhor Deputado Manuel Teixeira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. A minha intervenção vai ser bastante curta, mas pelo menos com quatro pontos que considero essenciais na Freguesia de Caxias. --- -----

----- Primeiro ponto: saber se já existe alguma resposta a uma Moção que apresentei aqui,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trazida da nossa Assembleia de Freguesia de Caxias em anteriores Sessões, e que se encontrava relacionada com o lugar do Murganhal, concretamente com a Cova Funda. -----

----- Também se já há alguma resposta para a casa emparedada pela Câmara, há quem em tempos lhe tenha chamado “antigo asilo”, seriam pessoas que passariam por ali e comiam, é uma última versão que tenho. -----

----- Segundo ponto: relaciona-se com os jardins de Caxias, que é uma velha queixa, porque continua a ser uma questão muito importante, pois os pais das crianças para que possam levar os seus filhos aos jardins, terão que sair da própria Freguesia, não há um único jardim em Caxias. Pergunta-se para quando a recuperação do jardim das Palmeiras ou qualquer outro? -----

----- O terceiro ponto diz respeito ao Mercado de Caxias, como penso que toda a gente sabe, há uma reconversão para o Mercado de Caxias, queria saber o ponto em que se encontrava, se foi aberto concurso, se já há, se não? -----

----- Último ponto: é um ponto bastante importante, que é o ponto da segurança. A segurança, defendo que cada vez mais é preciso prevenção, nestes últimos tempos em Caxias deparam-se, ou deparavam-se alguns pontos que considero bastante importantes, e que traz a população de Caxias em bastante alvoroço. Só a título de exemplo, trago aqui três questões que aparecerem ou que aconteceram neste último mês de Setembro, que são as seguintes: um habitante numa caixa multibanco quando está para recolher o dinheiro, é-lhe encostado um objecto cortante às costas, enquanto a pessoa olha o dinheiro é-lhe subtraído, vão-se embora, mas não passou disso. O segundo: um casal encontra-se dentro de um carro na via pública, na Estrada da Cartuxa concretamente, é abordado por dois/três indivíduos com uma arma, levam alguns dos seus bens. - -----

----- O terceiro: nas imediações da Junta de Freguesia de Caxias, no lugar denominado, nós costumamos conhecer por COMPAV, um grupo de alguns adolescentes, cerca das vinte e uma e trinta estariam ali no jardim, teriam uma motorizada, terão sido abordados por dois

indivíduos que se faziam transportar numa carrinha de caixa aberta, enquanto um conduzia a carrinha de marcha-atrás e o outro dizia que poderia vir para trás, se abordaram desse grupo de adolescentes, o que é que aconteceu? Roubaram o capacete, normalmente as chaves da motorizada estão aí dentro, carregaram a motorizada e foram-se embora, não há resposta por parte da Polícia para esta situação. De qualquer das maneiras, também foram utilizadas facas neste último acto, mas não houve ninguém ferido. -----

----- Pergunto: o que é que devemos fazer para manter a segurança? Qual será a possibilidade de actuação quer da PSP, quer da nossa Polícia Municipal? Ainda mais, neste momento corre em Caxias que a actual Esquadra, vai deixar de ser Esquadra e passar a Posto de Atendimento, penso que é esta a versão, o que é que há de concreto sobre esta questão? -----

----- Por último, permite-me dizer, considerando que a criminalidade tem vindo a aumentar em Caxias, Laveiras e Alto do Lagoal, no que concerne a assaltos à mão armada, aumentando assim a insegurança dos habitantes desta Freguesia, quer nos bens pessoais, quer na sua própria vida, solicitamos a Vossa Excelência para que junto das autoridades competentes, diligencie no sentido de estar esta Freguesia com conhecimento suficiente, para que todos possamos todos conviver uns com os outros, sem receio de sermos assaltados. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Deputado Carlos Coutinho pedia ao Grupo Parlamentar da CDU para tentarem serem o mais sintético possíveis, porque já esgotaram o tempo. Muito obrigado.” -----

**4.15. Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, muito obrigado, vou ser rápido. Boa tarde a todos, à Câmara, aos meus colegas Deputados. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Vou fazer uma saudação, um apelo e uma chamada de atenção. Uma saudação à Câmara, porque felizmente um reparo que a CDU pela minha voz levantou, foi devidamente acautelado e observado, fizeram agendamento de uma reunião no Conselho de Segurança para o próximo dia sete, exactamente sobre a Segurança Rodoviária, não estou habituado a ser tão bem tratado, espero continuar a ser no futuro, sendo assim estamos bem. O apelo vai no sentido de ao fazer esta saudação, chamar a atenção dos Senhores Deputados, Presidentes das Juntas de Freguesia, que temos uma oportunidade histórica de todos nós fazermos um bom trabalho colectivo, que é fazer o diagnóstico dos pontos negros, que de certeza todas as Freguesias têm em termos de circulação rodoviária, e nessa Sessão apresentá-los de uma forma tão desinibida, tão clara como a intervenção anterior do Senhor Presidente da Junta de Caxias, que nos brindou com um tema que também tem a ver com segurança. -----

----- Em relação à chamada de atenção, não “há bela sem senão”, era uma “bicadazinha” na Câmara que tinha a ver com o incumprimento, a violação da Lei, as Leis são feitas para serem violadas, a gente sabe, mas a Lei trinta e três de noventa e oito, no seu artigo sétimo diz:” que estas reuniões deste Conselho devem ser de três em três meses, trimestral”, portanto, se cumpríssemos com este ritmo de reuniões, aquela citação que a Senhora Presidente da Câmara deu há poucos dias nos Órgãos de Comunicação Social, a propósito de insegurança numa Freguesia, salvo erro em Carnaxide, que ficou penhorada de levar o assunto à próxima reunião, penso que é esta do dia sete, porque tem um ponto três que se pode colocar, mas isto faz notar que de facto o artigo sétimo, que é de três em três meses que as reuniões devem ser realizadas, era este reparo que coloco à Câmara, que é o cumprimento da Lei. Dizia-me um camarada há bocado. “Tomara tu que as Leis fossem cumpridas a quarenta por cento”, mas temos que ser exigentes, esta é uma Câmara modelo. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. Os meus cumprimentos a todos. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Marcos Sá.” -----

**4.16. Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente. Um camarada meu há bocadinho falou aqui exactamente de uma Ribeira, gostaria de falar de outra Ribeira, apesar de ser de uma Junta de Freguesia diferente, que é a Junta de Freguesia de Algés. Pelos vistos a Ribeira de Algés está com graves problemas, com um esgoto a céu aberto, gostaria de saber se a Câmara podia explicar qual é a situação, porque, de facto, há muita gente a queixar-se desta situação, gostaríamos de saber o que é que a Câmara está a fazer para resolver a situação. -----

----- Já que estamos na hora do ambiente, no “Oeiras Actual” salvo erro, a OEINERGE tinha lançado um livro com as linhas orientadoras, para o ambiente, para o Concelho, etc., gostaria de saber se os Deputados Municipais pelo menos terão acesso a este livro, para percebermos efectivamente o que é que se passa, porque de facto às vezes sabemos mais das informações pelo “Oeiras Actual”, do que de forma minimamente formal. -----

----- Relativamente ao Bairro do Moinho da Portela, o Senhor Deputado Joaquim Cotas fez aqui uma afirmação e julgo que com dados objectivos, disse que a Câmara pelos vistos, tinha construído num terreno que não era dele e que não tinha autorização, gostaria de saber se esta situação é verdadeira ou não, o que é que se passa efectivamente. -----

----- Quanto a um problema de saúde pública, relativamente às fontes decorativas com águas, e com águas de repetição, que julgo que é aquilo que acontece aqui na Câmara Municipal, que temos muitas felizmente, gostaria de saber de facto se houve alguma análise às águas, pelos vistos a “legionela” tem a particularidade de aparecer nestes sítios, ainda por cima tem aquele problema, segundo o Coordenador Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo diz: “não entra no Organismo por ingestão, mas através de aerossóis ou seja por inalação”, nós temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muitas, gostaria de saber se foi feita alguma análise à água, se chegaram a alguma conclusão, e se tomaram medidas em relação a este assunto. -----

-----Relativamente a outro ponto que me parece importante. Acho que os Deputados municipais também deviam ter conhecimento, tem a ver com o aumento do preço da água, acho que, pelo menos não recebi nada, não sei se alguém recebeu, gostaria de saber se de facto e por comparação, se foi aplicado à regra, as regras que foram aprovadas pela Proposta de Recomendação, principalmente saber quais foram os preços nos diversos escalões, e por simples curiosidade, saber também se os SMAS neste caso fizeram alguma informação aos munícipes, para de facto perceberem o que é que aquela Proposta de Recomendação queria dizer, porque aquela Proposta de Recomendação foi feita, não numa perspectiva económica mas sim numa perspectiva de consciência ambiental, portanto, se foi feita alguma coisa, se as pessoas em casa mudam o escalão, etc., e se não conseguem perceber porque é que mudou, acho que do ponto de vista ambiental não ganhamos absolutamente nada, é uma situação importante. -----

-----Já que estamos a falar de água, visto que amanhã é o “Dia Nacional da Água”, dia um de Outubro, gostaria também de saber, se fosse possível, recebemos tantos convites lá em casa para diversas acções, não tenho recebido nenhum dos SMAS de Oeiras, gostaria de saber se amanhã no “Dia Nacional da Água”, os SMAS de Oeiras e Amadora vão fazer alguma actividade exactamente nesta perspectiva. -----

-----Julgo que para já é tudo, obrigado.” -----

### **4.18. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente começaria por felicitar na sua pessoa, os trabalhos de intervenção que estão a ser realizados no Castro de Leceia, a única parte visível é a entrada, neste momento, revela um cuidadoso trabalho no que diz respeito ao mexer no espaço público, os meus parabéns por esta intervenção. -----

----- Um segundo ponto muito rápido, em virtude da Assembleia Municipal ainda não ter recebido a resposta em relação à Quinta do Sobreiro em Barcarena, faço aqui o reforço do pedido de esclarecimento que apresentei em trinta de Junho de dois mil e três. -----

----- Muito obrigado.” -----

**4.18. Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar queria referir, tal como o Senhor Deputado que me antecedeu, que também eu, também todos nós, devíamos ficar satisfeitos com a intervenção que a Câmara tem levado a cabo no chamado Castro de Leceia. Durante alguns anos, pelo menos há cerca de dez anos que têm havido intervenções, a nível de defesa e salvaguarda do património arqueológico que tem vindo a ser progressivamente encontrado, depois a Câmara e muito bem, preocupou-se em circundar esse espaço com uma vedação para melhor defender esse mesmo património, mas de facto esteticamente o acesso ao mesmo tinha algumas carências, que mereceram por parte da Câmara agora, uma intervenção que por aquilo que nos parece fazer ver, será bastante interessante.-----

----- Isto demonstra uma vez mais que esta Câmara de Oeiras, para além de se preocupar e muito bem, com a defesa desse mesmo património histórico, que é no fundo de todos nós, se preocupa também com os aspectos estéticos que mais o valorizam, portanto, também aqui e tal e qual a CDU o fez, não posso realmente deixar de louvar a Câmara pela iniciativa tomada, que espero que cada vez mais o maior número de munícipes, até mesmo todos aqueles que se interessam por estas questões fora do Concelho de Oeiras, tenham acesso... **(Mudança de cassete)** ...pela forma de analisar as questões, mas que em nossa opinião por vezes pecam por excesso. Deixando à Câmara, porque obviamente sei que irá dar as respostas todas que foram solicitadas, no que respeita ao Bairro Social de Outurela/Portela, não posso deixar de fazer três/quatro considerações em relação às questões aqui levantadas, em primeiro lugar tem a ver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com a “acusação” que é formulada no sentido de alguma censura, àquilo que o Senhor Cotas chama: “assim vai a democracia na Câmara de Oeiras, presidida por esta maioria”.-----

-----Queria, de facto, deixar aqui um reparo à CDU, é que se realmente todos nós estamos aqui a falar exactamente, também a CDU o está, é porque felizmente vivemos em democracia, é isso que permite que possamos exprimir livremente as nossas opiniões, e, também ter a capacidade de ouvir as críticas a essas mesmas opiniões, o que é certo é que essa maioria que felizmente suporta a Câmara, o PSD que, de facto, tem governado com o apoio, há que dizer a nível da Câmara, de outras forças políticas, na qual a CDU também está representada, tem sido, de facto, a força em que os leitores sucessivamente ao longo dos anos têm dado a sua confiança e fazem-no obviamente porque estão convencidos e bem, que o PSD e realmente a governação suportada por este, é a melhor forma de garantir adequadamente aquilo que são os mais singulares desejos da nossa população. Há que dizer aqui também o seguinte: nós sabemos que o direito à habitação, é um direito natural que a nossa constituição consagra, como consagra também o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, nós olhamos de facto ao longo do nosso País, de Norte a Sul, de Leste a Oeste e vemos uma grande diferença entre os que pensam e os que fazem, em Oeiras faz-se, de facto custa-me imenso ver aqui a Câmara acusada de numa questão meramente pontual, relativamente a um Bairro construído em mil novecentos e oitenta e nove, uma das primeiras experiências da Câmara, Câmara essa que é reconhecida nacionalmente por todo o País, através de um êxito excelente da sua política de habitação social, vê-se aqui criticar de facto a situação actual, que necessariamente a Câmara irá resolver, pergunto efectivamente sem pôr em causa a visita ao local que o Senhor Deputado invocou, para sustentar as suas alegações, pergunto de facto se é preferível efectivamente deixar de ter aqueles residentes, na situação em que há quinze ou vinte e anos se encontravam. -----

-----A questão que aqui se coloca é evidente, e há que dizer “o óptimo é inimigo do bom”, nós sabemo-lo, nós sabemos que de facto a Câmara tem vindo progressivamente a

procurar debelar alguns focos, que poderão enquadrar-se menos bem na sua política de habitação social, e vai seguramente continuar a fazê-lo, agora merecer de apontar um ou outro ponto, para pôr em causa toda a política de habitação social, para pôr em causa tudo aquilo que foi feito neste Concelho, aliás que passou inclusive por esta Assembleia e que sobre ele, de facto, mereceu os maiores incólumes, parece-me de facto de mais. Deixo aqui este lamento, a Câmara obviamente irá dizer de sua justiça, nós PSD não podíamos deixar passar em branco algumas das afirmações que aqui foram proferidas, porque me parecem de grande injustiça e fundamentalmente parecem-me de facto totalmente desajustadas em relação àquilo que é a realidade no Concelho, no que concerne à habitação social. -----

----- Muito obrigado. -----

**4.19. Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, antes de mais queria saudar a presença de Vossa Excelência, ainda bem que veio, quando Vossa Excelência se atrasa um pouco, há aqui Partidos que ficam com uma tristeza imensa e fartam-se de perguntar por Vossa Excelência, portanto, tenho que saudar a sua presença. -----

----- Em segundo lugar queria justificar o meu pedido da palavra, porque queria pôr uma questão à Senhora Presidente, mais uma vez em relação à Feira das Velharias em Algés. Tive o cuidado de no último domingo, no domingo passado de ter ido assistir à Feira das Velharias e percorrê-la, o que vi é que não basta já o facto de os carros estarem parados por tudo quanto é sítio, é passeios, é passadeiras, é a linha do eléctrico, uma confusão desgraçada, mas para além dessa circunstância, o facto de eu ter visto que as pessoas não respeitam o local onde estão, sujam, deixam o Jardim Hermano Patroni num estado miserável, defecam e urinam no próprio Jardim que é uma vergonha, não estou a falar do que me contaram, estou a falar daquilo que vi, sei que a Câmara tem já uma ideia no sentido de modificar o sítio onde se faz a Feira das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Velharias em Algés, mas gostaria de chamar a atenção da Senhora Presidente da Câmara, para o facto deste assunto deveria merecer uma atenção reforçada, e uma resolução o mais breve quanto possível. -----

-----Muito obrigado.” -----

### **4.20. Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhor Presidente, tal como o meu companheiro de Bancada disse, a ausência do Senhor Presidente de facto causa saudades a determinados Deputados daqui desta Assembleia, Senhor Presidente bem-haja pela sua presença. -----

-----Tal como o meu companheiro Pracana disse, queria realçar mais esta situação, era aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Joaquim Cotas. É evidente que estarmos a falar nestas situações, é estar a dar importância aos assuntos que o Senhor Cotas já nos habituou, de qualquer maneira queria dizer algo sobre este assunto, como isto é uma democracia todos nós nos podemos pronunciar, isso é importante, eu aconselhava o Senhor Deputado Joaquim Cotas a ler “Oeiras Actual”, que é uma pequena revista, mas que mostra o que está a ser feito no Concelho de Oeiras, que muito nos orgulha a nós Oeirenses, quanto ao fascismo, o Senhor Deputado Joaquim Cotas ainda vive na época dos fantasmas, aconselhava o Senhor Deputado Joaquim Cotas a libertar-se desses espíritos, porque já estamos no século vinte e um, não sei se o Deputado já deu por isso, ficava-me por aqui quanto a este assunto. -----

-----Gostaria de falar noutros assuntos. É evidente que estamos habituados também nesta Assembleia só a dizer-se mal, a ideia por acaso hoje não tem sido assim, tem havido fartos elogios ao Executivo camarário, o que me apraz registar, de qualquer maneira vem-se para aqui para esta Assembleia só para dizer mal, e para não realçar aquilo que de bem está-se a fazer no Concelho de Oeiras, da minha parte vou dizer de facto aquilo que considero que se está a fazer bem no Concelho de Oeiras, mas também irei fazer alguns reparos, neste caso ao Executivo

camarário. -----

----- Pretendo para já expressar o meu reconhecimento ao Executivo camarário, pela concretização de algumas medidas por mim referidas em outras Assembleias, nomeadamente, o “Mexe-te, Mexe” que juntou milhares de pessoas ao longo da Marginal, impunha-se Senhora Presidente que este acto se torna-se rotineiro, pelo menos uma vez por mês, dado o entusiasmo que provoca na população Oeirense, e não só, também na população de outros Concelhos, a prova dessa situação foi dada dia vinte e dois do corrente mês, “Dia Europeu sem Carros”, em que uma multidão de Oeirenses e não só invadiram a Marginal, constituindo essa situação, uma óptima forma de fazer exercício físico com os benefícios que aí estão associados, Senhora Presidente penso que é de continuar. -----

----- Por outro lado, também gostaria de realçar, a situação em que houve a adjudicação da futura Marina de Oeiras, o velho sonho dos Oeirenses, bem como a entrada em funcionamento do monocarril no início do próximo ano, com isto quero dizer Senhora Presidente o seguinte: obrigado Senhora Presidente, obrigado Senhores Vereadores. -----

----- Gostaria também de salientar dois factos, merecedores de aplausos, que vem colocar de novo o Concelho de Oeiras no centro das atenções, estou-me a referir concretamente ao Parque dos Poetas, obra impar, que muitos ao tempo não acreditavam na sua viabilização, hei-la para desgosto dos mais cegos; ao Passeio Marítimo para gáudio de todos aqueles que gostam da vida ao ar livre e dos Oeirenses em particular, realce-se a nave visionista que marca o início do Passeio Marítimo como um Monumento de belo e feito. Não queria também de deixar de referenciar duas medidas que considero fundamentais para o bem-estar da população Oeirense, estou a falar no Protocolo de Cooperação Técnica, entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos, tendo em vista uma recuperação especializada do património do nosso Concelho, como exemplos citarei: a Igreja de São Pedro de Barcarena e os Fornos da Cal de Paço de Arcos, na construção de quatro Centros de Saúde no nosso Concelho,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma vez que as verbas foram finalmente desbloqueadas, tanto foi reclamado mas só agora é que foi conseguido, mas ainda bem, é caso para dizer: “até que enfim”, demorou seis anos mas chegou finalmente. É caso para dizer: “faz jus ao mote”, Oeiras Marca o Ritmo. -----

-----Queria só dizer mais duas coisas. A primeira e já agora para gálio ali do Senhor Deputado, vou dizer duas coisas que é capaz de ser do agrado dele, refiro-me e isto gostaria de chamar a atenção da Câmara, ao cheiro nauseabundo que brota das áreas circundantes aos caixotes do lixo, com os prejuízos que isso acarreta para quem vive junto deles, isto acontece e tenho verificado isso, porque os funcionários encarregues da limpeza preocupam-se com os caixotes propriamente ditos, mas não com as áreas circundantes, portanto, sugeria Senhora Presidente uma chamada de atenção aos referidos funcionários. -----

-----Uma segunda situação, já foi aqui referida por um companheiro meu, entretanto não gostaria porque está na Ordem do Dia, que é o problema da insegurança que se vive neste Concelho. É evidente que a competência do seu combate não é da Câmara, é do Governo, de qualquer maneira teremos que fazer algo nesse sentido, portanto, sugeria à Senhora Presidente que a Câmara juntasse todas as forças vivas deste Concelho, e se procurasse através do diálogo minimizar o problema, talvez conseguir uma melhor articulação entre a Autarquia e o Governo, na busca de meios para combater esse flagelo, dado que a situação está a preocupar os Oeirenses e os Portugueses em geral. -----

-----Senhor Presidente, era isso que tinha a dizer, muito obrigado, tenho dito.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. Queria de resto informar que beneficiou da cedência de tempo do CDS/PP, sugiro que agradeça ao Senhor Deputado que lhe cedeu o tempo.” -----

-----**O Senhor Deputado Caldeira Martins (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado da minha parte agradeço-lhe o tempo que me concedeu, na

próxima serei eu a ceder-lhe.” -----

**4.21. Sr. Pedro Lara (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Pedro Lara fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente. A minha intervenção é sobretudo para trazer aqui uma preocupação, e em função dela um conjunto de questões que gostaria que a Câmara pudesse responder. -----

----- A preocupação é a seguinte: no fim-de-semana dos incêndios no Concelho de Mafra, foram registados níveis elevados de ozono em vários Concelhos da área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente em Oeiras. Sabendo que a elevação dos níveis, digamos, da percentagem da presença do ozono nas camadas mais baixas da atmosfera, provoca situações más em termos de saúde para os idosos, para as pessoas mais novas e para os doentes do foro respiratório, é uma situação preocupante se não for pontual, ou seja, há situações em que essa presença pode ser digamos frequente durante vários dias, desde que estejam reunidas um conjunto de condições climatéricas. As questões que gostaria de saber eram as seguintes: quais foram as zonas do Concelho mais afectadas? Ou foi todo o Concelho por igual? -----

----- Em segundo lugar: se a nível do Plano de Emergência Municipal, está previsto situações em que possam ocorrer essa elevação dos níveis de ozono durante vários dias? Que medidas estão previstas, se essa situação ocorrer?-----

----- Por outro lado, gostava de saber quando, e, se a Câmara Municipal de Oeiras foi alertada em tempo útil pelo Ministério do Ambiente, ou seja, aquilo que veio na Comunicação Social, o alerta dessa presença exagerada do ozono, ocorreu vinte e quatro horas depois dele ter de facto ocorrido, o que digamos não vem abonar sobre o comportamento do Ministério do Ambiente.” -----

**4.22. Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Obrigado Senhor Deputado. Senhores Deputados está então encerrado o Período de intervenções e pedidos de esclarecimentos. Dava então agora a palavra à Senhora Presidente da Câmara, para fazer o favor de responder às várias questões colocadas.-----

-----Senhora Presidente tenha a bondade.” -----

### **4.23. ESCLARECIMENTOS DA C.M.O.**-----

-----Perante as questões colocadas a Senhora Presidente da C.M.O., esclareceu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

-----Tentando seguir aqui as questões que foram colocadas, vou tentar ser breve e objectiva nas respostas. Registei aqueles dois pontos, nomeadamente, Bibliografia de João de Freitas Branco e a indicação numa próxima Edição, da referência que o Senhor Deputado Tavares da Cruz assinalou Prepararei para a próxima reunião ou mesmo que não seja integrada na próxima reunião, uma informação sobre o projecto de loteamento do Rossio de Porto Salvo, portanto, independentemente sem prejuízo dela ser colocada como ponto de Ordem de Trabalhos, prepararei informação sobre essa matéria, aliás aproveito relativamente a uma outra questão que foi colocada por outro Senhor Deputado, relativamente à Quinta do Sobreiro em Barcarena, que não me recordo de ter assinado a informação que foi pedida, admito que ela não tenha sido enviada, foram enviadas muitas respostas a requerimentos, mas confesso que não me recordo de ter assinado essa resposta, portanto, o que me faz concluir que provavelmente há um lapso, de qualquer forma já aponte para corrigir se de facto não foi enviada, para a enviar. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Cotas, gostava de dizer o seguinte: falar em filosofia de habitação social da Câmara Municipal de Oeiras, aproveitando para esse facto, salientando o Bairro do Alto dos Barrinhos, é querer ver aquilo que de facto ainda está incompleto, mas o que é lamentável, é que não haja seriedade na análise de toda essa política e não se olhem para os outros Bairros, que de facto já tiveram evolução dentro daquele

período que nós achámos, e sempre comunicámos que era o período normal de estabilização, quatro a cinco anos em média, para que as famílias se pudessem integrar e pudessem ter relações de vizinhança, relações sociais normais, portanto, foi buscar aquele que ainda está, como disse e muito bem, incompleto e que lhe falta ainda, porque estão exactamente a ser trabalhados equipamentos que noutros Bairros já existem. -----

----- De qualquer forma, essa outra questão que nos colocou e para quando, isso depende obviamente do construtor, do empreendedor e da empresa que está a construir, ou seja, Ferreiras e Magalhães e CME, portanto, é um processo que está a decorrer, sobre o qual a Câmara não se pode neste momento pronunciar, nem tem dados para isso, dizer-lhe que na realidade lamento que não tenha nessa análise que fez, e nessa filosofia que diz que esteve na base da nossa política de habitação, não sejam tidas em conta os outros elementos, ou os outros dados relativos aos outros Bairros municipais, mas compreendo até porque nunca vi da sua Bancada uma postura muito, diria favorável a todo este realojamento que se verificou e que foi apontado por todos, sem excepção, como digamos, ou algo de assinalar como francamente positivo, estou em crer que se de facto nós estivéssemos a seguir ao ritmo que nos aconselhavam, a dada altura, nós ainda tínhamos certamente muitas famílias a viver em barracas, não quero com isto dizer e como já foi aqui várias vezes referido, que não é pelo facto de se passarem famílias de barracas para casas dignas, de óptima qualidade, que tudo se passa na “paz dos Deuses”, portanto, tudo se modifica, deixaram de ser maus e passaram a ser bons, deixaram de ser desorganizados e passaram a ser organizados, enfim, não há comportamentos desviantes, não é nada disto, nós sabemos sim que tem que ser trabalhado, tem que ser exaustivo e profundo o trabalho social que se faz com as diversas famílias, mas esse trabalho também todos nós sabemos que não é construir uma ponte, ou construir uma estrada, não é carregar um botão, é o que quero dizer com isto, porque na realidade trabalho social só quem não o faz, ou quem não o acompanha, é que pode pensar que de um dia para o outro muda-se atitudes, muda-se comportamentos, portanto,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui há que ter realmente isso em conta e nunca o escondemos. -----

-----Aliás não é por acaso, também já o referi aqui várias vezes, a partir de determinado momento, ou seja, quase que após, até foi um bocadinho antes, mas neste momento estamos a reforçar a presença de Técnicos da Área Social nos próprios Bairros, em gabinete de Bairro, exactamente para podermos apoiar em diversas vertentes as famílias que lá habitam, digamos que não consigo de facto aceitar as críticas isoladas que fez a situações, como eu disse há pouco incompletas e que nós sabemos, mas tentar generaliza-las em termos de política e de filosofia de base, isso acho que não é sério Senhor Deputado. -----

-----Relativamente à Encosta do Moinho, também já aqui foi referido, e foi feita essa sim uma nota aqui para a Assembleia, relativamente a este emparedamento digamos assim, de sessenta e seis fogos, como sabem há ali um conjunto de noventa fogos, sessenta e seis dos quais foram desocupados, neste momento esses agregados familiares foram transferidos para habitações, na segunda fase do Pátio dos Cavaleiros. Como sabem este conjunto de lotes constituem um aglomerado urbanístico, foram construídos há cerca de quinze anos, e começaram a apresentar determinados aspectos de degradação, obviamente que essa verificação levou a que a Câmara avaliasse esses, ou tentasse perceber as razões de tudo isso e dessa degradação, e, da avaliação que fez muito prematura, porque digamos que neste momento, estamos à espera de pareceres técnicos nestas áreas, precisamente para nos nortear a decisão, a decisão pode ser de facto pura e simplesmente demolir, ou reconverter o todo, ou parte. Isso foi uma informação que nos foi colocada pela Assembleia, e que foi fornecida por escrito ou estará em trânsito, mas que a tenho aqui em meu poder. -----

-----Relativamente à qualidade da água, ligar isto com a Comissão Municipal de Saúde. A Comissão Municipal de Saúde reuniu de facto em Fevereiro, não reuniu em Julho e vai reunir agora em finais de Outubro, mas uma coisa lhe quero dizer Senhor Deputado, não estamos à espera como é óbvio das acções que a Comissão Municipal de Saúde possa ter, porque elas não

são, vamos lá ver, por muita vontade que nós tenhamos todos nas reuniões da Comissão Municipal de Saúde, eu presidi a muitas quando era Vereadora e tinha esse pelouro, a algumas, nunca são muitas, nós sabemos como é que elas decorriam mesmo quando depois foram, digamos assim, ou foi definido trabalho para poder ser mais eficaz por subgrupos e por temas, portanto, nós sabíamos sempre que era um conjunto preparado pelas mesmas pessoas, eram praticamente as mesmas pessoas que estavam dispostas a dar o seu melhor, sabemos perfeitamente, não vale a pena estarmos aqui a dizer grandes coisas, ou a tecer grandes considerações, plenários dessa natureza não surtem grande efeito, muito menos no imediato, porque quem ouvia há pouco o Senhor Deputado Joaquim Cotas a referir, quando disse: “não fizeram a reunião em Julho; não apresentaram as análises em Julho”. -----

----- Ainda que as tivéssemos feito e fosse do conhecimento, mas assim já não havia nada a fazer, sejamos sérios, não é a Comissão Municipal de Saúde, que muitos dos Senhores Deputados não sabem, porque nunca estiveram presentes nem foram elementos, mas como tive oportunidade de presidir a algumas delas e tecer considerações, nunca as escondi, aliás afirmei e deve estar nalguma Acta, logo no início quando teci considerações acerca desse tipo de plenários, por isso é que a dada altura resolvi sugerir que fossem trabalhados, digamos assim, os assuntos ou os temas, fossem constituídos subgrupos, porque não vale a pena estarmos aqui a “embandeirar em arco”, dizer que daí resulta qualquer coisa dum plenário, é óbvio que não resulta, todos nós sabemos disso, o número de pessoas que compõem essas Comissões, faz com que os trabalhos e a acção não seja tão visível no imediato, poderá ser mediado concordo, agora no imediato não, portanto, essa situação de concluir que não houve Comissão Municipal em Julho, e quando passou a época balnear, houve situações de análises que não estavam muito boas, já não há nada a fazer, já não podemos corrigir “valha-nos Deus”, isso é só de facto para as pessoas que não sabem como é que essas coisas se passam, é que poderão de facto associar-se a essa conclusão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Por outro lado as análises, devo dizer, aliás sou muitas vezes questionada por Escolas sobre a qualidade das águas das praias, uma das coisas que ultimamente tenho dito sempre, enfim, depende dos dados, mas que este ano foi uma realidade, é que a Câmara aconselha a Praia da Torre, não aconselha ainda com o mesmo conforto, deixem-me dizer assim, qualquer outra praia, estou-me a referir em concreto à Praia de Santo Amaro, que aliás nos preparamos para no próximo ano solicitar que oficialmente seja considerada de facto uma praia, como a Praia da Torre. Se virem os resultados das análises da Praia da Torre, foram resultados sempre aceitáveis ou bons, dependeu ali da época do ano, mas não foi sequer na época balnear, como tal proporcionou de facto a frequência, e a própria SANEST com quem nós trabalhamos, porque não é só a Câmara Municipal através dos SMAS, que faz recolha da água e as análises, faz a SANEST, o Instituto do Ambiente, e não há compatibilidade de recolha, devo-vos dizer que são feitas a horas, em marés diferentes, em sítios diferentes e com periodicidades diferentes. Mas fiquemos todos conscientes que na realidade, não era com certeza a Comissão Municipal de Saúde que ia fazer qualquer coisa no terreno, porque aquilo que nós detectamos, tentamos de imediato contactar as Entidades que obviamente nos podem ajudar nessas matérias, para de facto resolver as situações. -----

-----Gostava que aqui ficasse referido o seguinte: a Câmara Municipal, quando eu disse há pouco que estas Comissões Municipais de Saúde são extremamente importantes, sobretudo para podermos programar determinadas situações e determinadas actuações, é evidente que estou consciente que é um trabalho que todos nós damos, não são só os elementos que estão mais directamente ligados a esta Comissão, ou àquela, mas trabalhamos todos certamente com vontade, não é por não ser pago esse trabalho que ele é feito com menos vontade, é um trabalho que todas as pessoas certamente estão dispostas a dar o seu contributo. -----

-----Relativamente às obras da Medrosa, a indicação que tenho é que a construção civil está concluída, falta colocar apenas dois pinos e um sinal de “cargas e descargas”, quanto aos

espaços verdes, obviamente que só se podem levar a cabo após a conclusão das obras, está previsto exactamente que se iniciem em Novembro e que tenham quatro meses de duração, compreendo que isto foi um “parto” difícil, mas o que é um facto é que ele está a decorrer, está a ser acompanhado, ainda na semana passada, na quinta-feira ou sexta-feira se não me falha a memória, houve reunião de serviços no local da obra que estão de facto a acompanhar todo o processo, e a imprimir o ritmo que pode ser impresso neste tipo de situações. -----

----- Quanto ao aspecto que foi invocado da Ribeira de Barcarena, e das Ribeiras em geral, não tenhamos ilusões, as Ribeiras não estão despoluídas, estão a ser feitos trabalhos de despoluição das Ribeiras, que são trabalhos muito morosos, são trabalhos que para despoluir as Ribeiras, obviamente tem que se tirar todo o esgotos doméstico, industrial desses leitos, isso exige um trabalho meticoloso que ponto a ponto tem que ser visto, corrigido, certificado se está ou não ligado, se é pluvial, se é doméstico, como é que é, como é que não é. Isso é uma coisa que tem sido feita, é muito morosa como disse há pouco, como tal demora, tudo demora na vida um determinado tempo, este demora de facto bastante tempo, mas está a ser feito, quer na sequência de estudos que foram levados a cabo por Entidades exteriores, contratados directamente pela SANEST, estudos que depois dão origem a obras que foram feitas e que foram contratualizadas, através de Protocolos com a própria SANEST, e, também pelos próprios SMAS directamente. --

----- Aliás devo-vos dizer que a montante da A5, a situação da Ribeira da Lage que foi objecto de uma candidatura ao Programa Operacional do Ambiente, foi exactamente uma das situações que elucida bem o trabalho que está a ser feito, e que neste momento se está a preparar a outra fase, vamos ver se conseguimos financiamento também para ela. De qualquer forma uma das coisas que vos posso dizer, aquela situação que há pouco foi referida ali de Algés, não estou com a preocupação de estar aqui a individualizar Ribeira a Ribeira, a Ribeira de Algés isso é um problema que foi detectado, aliás é uma situação que nos apoquentam há bastante tempo e que é de Lisboa, que nós tivemos oportunidade de sinalizar a Lisboa, estamos a ver se conseguimos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto eliminar aquilo em conjunto com a Câmara. -----

-----Relativamente à Ribeira de Barcarena e à questão que foi colocada quanto aos peixes mortos, nós SMAS fizemos análises, as análises que foram feitas apanhou o fim-de-semana, por acaso não estava cá nessa altura, para aqui o Senhor Vice-Presidente, foi no dia catorze de Agosto, imediatamente após o fim-de-semana não detectaram nenhuma descarga, se havia alguma coisa tudo teria desaparecido e não havia nada, de qualquer forma tem sido acompanhado este processo, para ver até que ponto se detecta alguma coisa, o que é um facto é que não se descobriu qualquer fonte de derrame, mas há uma coisa que sabemos e a Polícia Municipal tem andado atenta ao processo, até porque tivemos uma reclamação este fim-de-semana, que nos parece que houve qualquer coisa de Sintra que provocou esta situação, nós estamos a acompanhar o processo, até para depois se realmente do nosso Concelho não foi, se houve realmente alguma descarga de Sintra, dentro do trabalho que fazemos em conjunto para podermos sinalizar e corrigir as situações. -----

-----De qualquer forma o relatório que foi feito dos SMAS, admitem que tenha havido uma não oxigenação da água, devido ao calor exagerado, portanto, há pouca água, não há nada que eles consigam identificar como o tal foco de descarga, não havendo não podemos inventá-lo, de qualquer forma está a ser seguido para vermos a que conclusão é que chegamos. -----

-----Relativamente à qualidade da água, em parte já respondi. Aos circuitos pedonais como sabe em termos por exemplo do PROQUAL, dou-lhe este exemplo, está exactamente prevista em toda aquela zona da PROQUAL, a requalificação das margens com circuitos pedonais e tudo isto, pode ironizar de facto como entender, mas obviamente como sabe o PROQUAL é até dois mil e seis, está a ser desenvolvido por exemplo neste caso, portanto, a seu tempo aparecerão certamente estes circuitos que não estão de modo nenhum abandonados, antes pelo contrário aliás sou uma defensora acérrima deles. -----

-----Quanto às questões que o Senhor Deputado Gaivoto colocou, relativamente à revisão

do PDM, ele não está na sala, mas fica na Acta, e a outros instrumentos de planeamento, obviamente quando se está a trabalhar numa revisão do PDM, tem que se ter todo um manancial de informação e de instrumentos também complementares, ou que se complementam uns aos outros nas diversas vertentes, e que nos permitem de facto em termos depois de revisão do PDM, torná-la sustentável. De qualquer forma dizer-vos e já receberam certamente a comunicação, no dia catorze de Outubro vamos ter uma Sessão nas instalações da AERLIS, exactamente subordinada ao tema “Os Desafios do Futuro”, para que estão convidados obviamente. Convidei também forças vivas, agentes de desenvolvimento, deixem-me dizer assim, no sentido de podermos discutir abertamente o futuro, enquadrados por quatro especialistas nestas áreas, digamos que é uma Sessão Pública que espero que seja muito participada, que vai ter obviamente continuidade, como aliás tive oportunidade de vos dizer, quando exactamente na reunião em que foram indicados os elementos da Assembleia Municipal, que irão acompanhar e trabalhar todo este processo connosco, espero que o dia catorze seja de facto um momento importante para discutir o futuro. -----

----- Relativamente a Caxias, há uma informação que não consigo dar neste momento, foi a primeira questão, entretanto espero que lha possa dar ainda até ao fim desta reunião, que é a Cova Funda, Murganhal, a casa emparedada porque estamos aqui a ter informações mais detalhadas. -----

----- Quanto ao parque infantil faz todo o sentido, como sabem o parque infantil ali no Jardim junto à estação, está dependente de toda uma intervenção, está equacionada no âmbito da recuperação, revitalização, requalificação das Estações no Concelho, no âmbito exactamente da Estação de Caxias essa situação estava de facto para ser equacionada, é um dos pontos, mas chegámos à conclusão que não vale a pena, isto está atrasado por situações várias, portanto, vamos tomar com a REFER toda aquela negociação, retomar porque a dada altura ficámos precisamente no momento em que estávamos a assinar dois Protocolos, um que podia ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

accionado no imediato, outro digamos assim, desfasá-lo um bocadinho mais no tempo, tinha a ver com intervenções mais profundas, face a um conjunto de situações entretanto operadas na própria REFER, acabámos por ter que nos refrear um bocadinho, vamos retomar agora, foi exactamente o que combinei com o Presidente da REFER, retomar a situação no pós férias no sentido de equacionar outra vez tudo em conjunto. -----

-----De qualquer forma, não vamos esperar em termos de parque infantil, porque na realidade faz falta em Caxias, temos que ver ou é a Junta directamente ou é a Câmara, a Junta através da Delegação de Competências obviamente, ou a Câmara directamente, mas não vamos esperar por isso, vamos fazer, tínhamos ainda no outro dia estado a discutir exactamente isso, tendo em conta realmente que o parque infantil é muito importante em termos de Caxias. -----

-----Relativamente à segurança, de uma maneira geral é um tema como sabem, que nos preocupa a todos, nós não temos estado alheios a isso, diria que todos os dias tenho a preocupação de me inteirar do que é que entretanto se passou, da véspera para o dia em causa, tentar ver com as Forças de Segurança nós podemos agir, devo-vos dizer que todos os dias quer com a PSP, quer com a GNR, quer com a Polícia Municipal, faz parte da nossa conversa diária, do nosso debate diário, todos os dias, podem crer, sobretudo aqui o Senhor Vereador que tem exactamente esse pelouro, tem esse contacto com as Forças de Segurança, por forma a articular aqui, digamos, a acção no terreno. Por outro lado tenho inclusivamente, quer com o Senhor Secretário de Estado Adjunto, quer com o Senhor Ministro da Administração Interna, chamado a atenção para a necessidade de reforço de efectivos policiais, sobretudo nalgumas zonas consideradas por nós mais problemáticas. -----

-----De qualquer forma como disse ali o Senhor Deputado Carlos Coutinho, nós vamos ter no dia sete de Outubro aqui a Comissão Municipal de Segurança, onde o tema “Segurança” nas suas várias vertentes, nomeadamente na rodoviária, vão ser debatidos e este em concreto, vamos ver que dados é que temos em cima da mesa, para podermos em conjunto, porque acho

que é uma sede privilegiada nesse sentido. -----

----- Ainda quanto à Polícia Municipal, posso-vos dizer que a partir da próxima semana, nós teremos sessenta e dois Polícias Municipais, entrou-nos agora ou está-nos para entrar mais um lote de vinte e cinco, deixem-me vos dizer aqui uma coisa, é tremendamente, eu diria, nem vou qualificar. Fico muito aborrecida quando nós acabamos de abrir ou inaugurar um equipamento, e, detectamos que passados uns dias algo se entretanto vai passando, nós temos que ter ali vinte e quatro horas, sobre vinte e quatro, se é que o equipamento está disponível vinte e quatro horas, sobre vinte e quatro, senão durante o período que está disponível, Polícia Municipal para vigiar tudo. -----

----- Imaginam certamente, ou não imaginam, que até as letras identificativas, os nomes dos Poetas que estão nas folhas do Parque dos Poetas, até essas letras são tiradas, para irem segundo dizem para caixas do correio de ilustres, não sei se munícipes do nosso Concelho, se munícipes de outros Concelhos, tiram-nos, partem aspersores, devo-vos dizer que no outro dia corri alguns riscos, mas uma noite destas agarrei num miúdo e só não, o que ele precisava era de uns açoites como é óbvio, estava-me a partir os aspersores todos das regas, mas todos a partir nitidamente, já tinha partido catorze, nós somos obrigados a sempre que inauguramos uma coisa, temos que lá ter força policial porque senão estragam tudo. -----

----- A Quinta de Santo António em Miraflores, outra “cegada”, o Palácio dos Arcos em Paço de Arcos, que foi aberto ao público no dia vinte e nove de Agosto, temos que lá ter a Polícia Municipal porque senão tudo é estragado, diria que não chegamos para as encomendas, permitam-me a expressão assim mais corrente, vamos tentar nestas coisas, porque também queremos como sabem aplicar algumas sanções para quem não tem, e faz aquelas situações que há pouco o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés dizia e muito bem, que viu no domingo, e com certeza noutros domingos e noutros dias da semana, fazer aquilo que nem no terceiro Mundo, mas é aquilo que temos, também temos disto apesar de estarmos em Oeiras,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

temos pessoas que de facto têm este tipo de posturas, portanto, daqui a pouco é preciso quase um Agente, enfim, para um conjunto muito limitado de pessoas que frequentam o nosso Território, frequentam, vivem, trabalham, enfim. -----

-----De qualquer forma e nesse dia, nós tivemos uma situação adicional, coincidiu exactamente com o encerramento da Marginal, no dia vinte e um, em que tínhamos a Polícia Municipal toda muito mobilizada para aí, e a Feira das Velharias esteve menos atenta, isso também contribuiu infelizmente para isso. -----

-----Relativamente ao Mercado de Caxias, nós estamos a receber o projecto final, recebido o projecto final, estando tudo em condições, é para lançarmos o concurso para a construção do Mercado de Caxias. -----

-----Quanto à OEINERGE, o que nós fizemos e o que foi produzido foram linhas orientadoras, de facto, não com as características de livro, mas obviamente que a documentação que foi produzida sobre esta matéria, a OEINERGE pode ser perfeitamente e deve ser disponibilizada, não compus o livro mas com todo o prazer, não há problema nenhum. -----

-----Relativamente àquilo que há pouco aqui foi referido, vulgo artigo cento e dois, isto foi mandada resposta aqui para a Assembleia, depois se houver necessidade de informação mais detalhada solicitá-la-á se faz favor. -----

-----Aquela questão que foi colocada pelo Senhor Deputado, exactamente, foi mandada uma resposta, isso tinha sido colocado aqui na Assembleia.-----

-----Relativamente à Fonte do Arquiparque, ela foi detectada, foi despejada, foi toda limpa, e água nova, toda desinfectada, tudo em condições. -----

-----Quanto à Proposta de Recomendação dos escalões, que foi sugerida e foi apresentada pelo PS, ela foi considerada como se recordam em termos dos escalões, eu inclusivamente tive oportunidade até em Sessões Públicas, referir o porquê do surgimento do outro escalão, de qualquer forma devo dizer, que ninguém levantou qualquer questão a essa matéria, nem bem,

nem mal, não tenho reacções registadas, pode ter havido alguma avulsa mas sem significado, não houve qualquer aumento da água para além do que foi considerado, como sabem o tarifário é aprovado em Câmara, e foi aprovado... (**Mudança de cassete**) ...porque não vem à Assembleia é só Câmara, mas é aquilo que foi publicado nos Editais, que é obrigatório e que nós publicamos sempre”. - -----

----- O **Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS)** referiu o disse:-----

----- “Relativamente à Proposta de Recomendação havia uma alínea que tinha a ver, exactamente, com o escalão económico. E, no escalão económico estava definido que não poderia ser, independentemente, do aumento, o aumento não podia ser superior à inflação. -----

----- E eu só queria saber...”. -----

----- A **Senhora Presidente da C.M.O.** interrompeu para esclarecer o seguinte: -----

----- “Não foi em nenhum, em nenhum. Isso devo dizer que em nenhum. Até ficou ou foi abaixo do aumento, que nós tivemos, em termos da EPAL. Isso posso-lhe garantir. -----

----- De qualquer das maneiras, posso mandar para cá, está cá, mas de qualquer das maneiras posso mandar o Edital para ficarem aqui com os preços. -----

----- Relativamente ao Dia da Água, ao dia de amanhã, vai haver aqui, exactamente, nos SMAS três escolas, são três escolas, não são? Três escolas, que vêm aqui porque há, digamos, sensibilização para o aspecto, para as características deste bem, digamos assim, para as práticas que devem ser assumidas e enfim, com aspecto de animação para ser muito mais apelativo para as crianças. -----

----- Relativamente à questão, que foi colocada, que foi referida, não foi bem uma questão, mas uma opinião sobre aquilo que nós chamamos já o “Acto Rotineiro do Mexa-se Mais” inserido naquele programa do “Melhor Exercício, Mais Saúde” dizer que: imediatamente antes desta Administração ter mudado ou portanto o Conselho de Administração ter mudado do IEP, tinha havido já uma reunião em que, inclusivamente, tinha sido definido que o próprio IEP



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se ia associar às iniciativas da Câmara Municipal para podermos ter uma manhã por mês, não é, do domingo, poder estar encerrada a Marginal. -----

----- Agora com a mudança, não confirmamos esta situação, mas julgo que não há razão para dizermos, para estarmos aqui a pensar, que haverá outra coisa, que não seja esta e portanto não faz sentido.-----

----- Relativamente a um outro aspecto, que aqui foi referido e que tem a ver com o cheiro nauseabundo, não é propriamente dos caixotes, mas da zona envolvente, se bem que dos caixotes também há alguns e que se prende, exactamente também com alguma falta de cuidado que alguns munícipes têm, sobretudo, enfim, quer munícipes da parte doméstica, quer mesmo a parte da restauração, porque deitam para os caixotes aquilo, que não devem e depois aquilo são cheiros pestilentos, horrorosos que não devem deitar ali, não é? O molho e aquela coisa toda e são lavados periodicamente. Mas a envolvente, vamos ter isso em atenção para tentar minimizar esses efeitos, que são extremamente desagradáveis. -----

----- Creio que duma maneira geral, Senhor Presidente... falta o ozono.-----

----- Relativamente ao ozono não fomos avisados, não tivemos aqui nenhuma indicação, antes de, que situações destas poderiam ocorrer. De qualquer forma, como sabem, nós temos uma Estação da Qualidade do Ar na Quinta do Marquês e os relatórios que, entretanto, se conhecem, não indiciam nada relativamente... só portanto situações muito pontuais, nada de perdurar, digamos assim, situações muito pontuais, que foram registadas. Não temos mais nenhuma Estação da Qualidade do Ar, temos esta a funcionar, como digo. Acompanhamos os relatórios e, portanto, o que temos detectado são situações, de facto, pontuais e mais nada do que isso”.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício, D. Madalena Castro** referiu o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Parece-me que subsistem questões de dois Deputados. Um deles, que fez sinal à Mesa, é o Senhor Deputado Pinto Ferreira e o outro é o Senhor Deputado João Viegas. -----  
----- Agradecia que muito rapidamente pusessem as questões, que faltaram esclarecer. Muito obrigada”. -----

**4.24. Sr. José Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado José Pinto Ferreira colocou de novo a seguinte questão: -----  
----- “Gostaria só de corrigir o meu pedido feito há pouco, penso que, talvez, não ficou suficientemente claro.-----

----- O meu pedido de esclarecimento foi feito durante a intervenção. Não fiz qualquer apresentação por escrito. A Senhora Presidente é que, amavelmente, se disponibilizou a dar informação por escrito a esta Assembleia em relação à Quinta do Sobreiro”. -----

----- A **Senhora Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Não me recordo, de maneira nenhuma, de ter assinado a resposta”. -----

----- O **Senhor Deputado José Pinto Ferreira (CDU/Independente)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Mas foi um pedido oral. Não foi qualquer requerimento escrito. Muito obrigado”.---

**4.25. Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas colocou a seguinte questão: -----

----- “No seguimento desta última intervenção da Senhora Presidente, ainda fiquei com algumas dúvidas. -----

----- Não referiu a questão do Ministério do Ambiente, não sei, se eles actuaram na questão, pode ser sido apenas um lapso. E, fico satisfeito em relação às ribeiras, porque o conhecimento, que temos, é que o PROQUAL apenas...” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Senhor Deputado, mais intervenções não pode ser, mas conclua, por favor. É só se alguma questão ficou por esclarecer”. -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** continuou, dizendo o seguinte:-----

-----“Vou concluir.-----

-----É que o PROQUAL só se aplica às Freguesias de Algés e de Carnaxide, portanto, as outras ribeiras como a de Barcarena e a do Jamor ficariam excluídas. -----

-----E por último, tenho aqui uma notícia, uma entrevista dada pelo Senhor Vereador Neno onde ele recomenda que as praias, no plural, as praias portanto, pode ser algum erro de dactilografia, as Praias de Oeiras têm qualidade aceitável. Eu acho que era bom haver uma consonância entre o discurso da Presidente, que recomenda apenas uma praia e portanto, o Vereador que tem o Pelouro, a menos que nós tenhamos um discurso aqui, na Assembleia e outro na Comunicação Social”. -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora Presidente quer então esclarecer esta questão. Faz favor”. -----

**4.26. Sra. Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras esclareceu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----Dizer o seguinte relativamente às ribeiras, dei como exemplo a situação de Algés, mas as outras ribeiras estão a ser, de facto, objecto de intervenção, nomeadamente Barcarena que aliás já foi muito. -----

-----Relativamente ao Jamor, devo dizer que nós estamos a estudar neste momento e a desenvolver um projecto no sentido de podermos intervir no Complexo do Jamor. Portanto isto, como sabe, não é território que esteja sob jurisdição municipal e como tal estamos com o Senhor Secretário do Estado do Desporto e, enfim, com o Instituto do Desporto de Portugal a tentar ver como e a equacionar toda aquela intervenção no sentido, inclusivamente, e, estamos receptivos a

isso, a ser a própria Câmara, desde que tenha financiamento através do Programa Operacional do Ambiente, a fazer a intervenção na ribeira que vai ali, no fundo, desde a Cruz Quebrada, digamos assim, até à zona do Santuário da Rocha. Isso é uma situação que estamos a trabalhar, mas só podemos, obviamente, abalançarmo-nos, se tivermos financiamento do Programa Operacional, que neste momento não nos está vedado, digamos assim, não é? Inclusivamente, diria que está bem encaminhado. Vamos ver. Estamos a trabalhar. Ainda não fizemos a candidatura, porque esses elementos têm de ser trabalhos e não podem ser apresentados em qualquer momento.-----

----- Relativamente aos dois discursos. Não são dois discursos, é exactamente um. E isto porquê? Porque a Praia de Santo Amaro, concretamente, portanto, as outras nós não consideramos ainda. Praia, no fundo, quando eu digo que nós consideramos a Praia da Torre como a praia, que pode ser frequentada sem qualquer problema, mas não quer dizer que a Praia de Paço de Arcos e a Praia de Santo Amaro não tenha resultados aceitáveis. Tem resultados aceitáveis, não está, é ainda... e isto porquê? Como teve algumas oscilações, nós não arriscamos a dizer fazem favor vão e considerem que realmente as águas estão, de facto, de excelente qualidade. -----

----- Enquanto que nós na Torre podemos afirmar e confirmar pela SANEST, do que nós podemos dizer, é que relativamente às outras, e, aliás, as análises dizem, não foi por acaso, que nós não temos ainda a Praia de Santo Amaro considerada como a Praia da Torre, porquê? Porque tem flutuações, sobretudo, em determinados momentos do ano”. -----

**4.27. Sr. Presidente da A.M. – Moção do PSD -----**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte:-----

----- “Nós não podemos prolongar, senão são novas intervenções. -----

----- Sugeriria o seguinte: -----

----- O Senhor Deputado faz o favor de fazer chegar uma fotocópia à Mesa desses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

documentos e depois peço à Senhora Presidente da Câmara, que em momentos posterior, forneça qualquer informação adicional. Certo? -----

-----Senhores Deputados vamos agora passar a duas Moções. Uma Moção do PSD. -----

-----Ambas já foram distribuídas às várias bancadas. -----

-----Leio apenas a parte deliberativa, que diz”: -----

-----“Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera: -----

-----Louvar o esforço, a mobilização e o sacrifício feito pelas corporações de bombeiros de Algés, Barcarena, Carnaxide, Dafundo, Oeiras e Paço de Arcos, no combate aos incêndios, que deflagraram por todo o Portugal”. -----

### **4.27.1. Sr. Jorge Pracana (PSD) – Moção do PSD -----**

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana interrompeu para acrescentar o seguinte à Moção do PSD: --- -----

-----“Senhor Presidente, é só um esclarecimento em relação a essa Moção, cuja parte final acabou de dizer, é que por lapso, eu sou um dos subscritores e por lapso não se faz menção, e queria que ficasse a constar, à Corporação dos Bombeiros de Linda-a-Pastora. -----

-----Entretanto, era para introduzir a seguir a Dafundo por uma questão de ordem, portanto, Dafundo, Linda-a-Pastora, Oeiras e Paço de Arcos. -----

-----Era apenas este esclarecimento. Muito obrigado”. -----

### **4.27.2. Sr. Presidente da A.M. – Moção do PSD -----**

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, já está feita a correcção. Já está feito o acrescento. -----

-----Senhor Deputado Marcos Sá, deseja intervir para que efeito?”. -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Queria falar sobre a Moção”. -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte:-----

----- “Esta Moção, julgo que não carece de discussão, porque julgo que estaremos todos de acordo, por unanimidade”.-----

----- O **Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Acho que sim”.-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** foi interpelado por um **Senhor Deputado da Assembleia Municipal**, perguntando-lhe de que **Moção** estavam a falar. -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Estamos a falar da Moção dos bombeiros.-----

----- Senhor Deputado é que se não é interminável.-----

----- A outra Moção, que vem a seguir, admito que tenha, que queiram fazer uma discussão, agora temos que compreender que já vamos em duas horas do Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Os Senhores Deputados, eu sei que, seguramente, confiam em mim, e, esta Moção, seguramente, vai ser aprovada por unanimidade e eu represento todos, com o vosso consentimento, no sentido de todos estarmos aqui a expressar uma palavra de apreço e solidariedade aos bombeiros, às várias corporações. É que, julgo que todos vão elogiar, não é? E, portanto, fica registado que o Partido Socialista elogia, que a CDU elogia, que o Bloco de Esquerda elogia, que o CDS/PP elogia. Julgo que estamos todos de acordo. Certo? Então, agradeço a sua disponibilidade”. -----

**4.27.3. Sr. Jorge Pracana (PSD) – Moção do PSD**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, isto é uma excepção e eu não costumo, de facto, interromper desta maneira. Mas, penso que, no caso desta Moção, vir a ser aprovada, enfim, como esperamos, penso que era de toda a elementar justiça que fosse enviada, depois, cópia às



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

respectivas corporações, porque não está aqui a constar. É só por isso. Muito obrigado”. -----

### **4.27.4. Sr. Presidente da A.M. – Moção do PSD -----**

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

-----“Tratarei disso no imediato para enviar a todas as corporações. Então vamos votar. E será enviada às várias corporações de bombeiros, aqui referidas”. -----

### **4.27.5. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO PSD -----**

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Moção do PSD, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivotto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

### **-----MOÇÃO -----**

-----Em Portugal, os meses de Verão vêm usualmente acompanhados do flagelo dos incêndios. É uma realidade triste, de países com clima mediterrâneo e com deficiências no ordenamento florestal. -----

-----O ano de 2003 será lembrado, como um dos anos mais negros para a floresta portuguesa, com consequências graves para o futuro e para a economia. Foi um ano

particularmente quente e com índices de humidade muito baixos, que aliado à incúria e por vezes a mãos criminosas, destruiu parte do património florestal nacional, colocando em risco várias vezes populações e bens. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, não pode deixar de reconhecer o esforço da Câmara Municipal de Oeiras e o trabalho das várias Corporações de Bombeiros do Concelho, que com coragem e eficácia, combateram incêndios, desde concelhos vizinhos, como Loures, a concelhos mais afastados como Silves.-----

----- A responsabilidade e o espírito de sacrifício com que os bombeiros deste Concelho lutaram e enfrentaram o perigo, colocando em risco a sua própria segurança, o que dignifica o nome de Oeiras, como no caso do sacrifício humano de quatro elementos da Corporação de Algés, feridos e da viatura dos Bombeiros de Paço de Arcos, que foi apanhada pelo fogo. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera: -----

----- Louvar o esforço, a mobilização e o sacrifício feito pelas corporações de bombeiros de Algés, Barcarena, Carnaxide, Dafundo, Oeiras e Paço de Arcos, no combate aos incêndios, que deflagraram por todo o Portugal.-----

Terça-feira, 30 de Setembro de 2003 -----

O Grupo Político Municipal do PPD/PSD -----

a) Seguem-se assinaturas -----

#### **4.27.5.1. Sr. Vidal Antão (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO-----**

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O Partido Socialista vota favoravelmente esta Moção porque, o que está em causa, é um voto de louvor aos bombeiros deste Concelho, que lutaram arduamente, não só nos concelhos limítrofes como em todo o País, portanto, prestando a solidariedade que normalmente lhes é característica. -----

----- Achamos que deve também ser aqui acrescentado alguns funcionários da própria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal, que estiveram envolvidos também neste trabalho.-----

-----Por último, queremos aqui realçar que o Partido Socialista espera o Livro Branco sobre a situação dos incêndios em Portugal. Porque é aqui afirmado que os incêndios ou dá-se aqui a entender que os incêndios são uma coisa natural. O que aconteceu em Portugal, durante este Verão, não foi uma coisa natural. Houve uma descoordenação à escala Nacional, que está a ser apurada, neste momento, com a demissão de funcionários de segunda linha, não assumindo os principais responsáveis políticos deste País as responsabilidades que efectivamente deviam assumir e que outros Governos, por muito menos, houve, efectivamente, ministros, que se demitiram e, portanto, há muito ainda para apurar politicamente sobre o que aconteceu este Verão em Portugal. Muito obrigado”. -----

### **4.28. Sr. Presidente da A.M. – Moção do BE -----**

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu os seguintes esclarecimentos: ----

-----“Posso dar-lhe a informação que o Livro Branco, Senhor Deputado, foi prometido para entrega no dia quinze de Outubro e vai ser entregue no dia quinze de Outubro, às dez da manhã. ---- -----

-----Se isso lhe ajuda e, portanto, depois Vossa excelência tirará as conclusões. -----

-----Não parece muito adequado tirar conclusões antes do Livro Branco, que o Senhor pediu, ser apresentado.-----

-----Vamos passar à segunda Moção. -----

-----A segunda Moção, que eu também distribuí, vou ler só a parte deliberativa. É uma Moção do Bloco de Esquerda que na parte deliberativa diz o seguinte:” -----

-----“O Bloco de Esquerda propõe: -----

-----Ponto um – Suspensão imediata da autorização dos processos de candidatura de loteamento urbanístico que não apresentem estudos de impacte ambiental, energético e de transportes; -----

----- Ponto dois – Apresentação dum resumo dos processos de loteamento urbanístico em curso e/ou já aprovados, acompanhados do seu enquadramento na área envolvente, sendo que esta área pode ir ao conjunto do perímetro urbano da zona, e do parecer técnico sobre a incidência que tem: -----

----- Alínea a) – Nos índices de ocupação e usos (áreas brutas e líquidas de construção e densidades humanas líquidas); -----

----- Alínea b) – Nos impactes de tráfego; -----

----- Ponto três – Para além da realização do Workshop no próximo dia catorze de Outubro, a realização do Plano de Mobilidade do Concelho de Oeiras”. -----

----- O **Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Queria-lhe pedir só cinco minutos para reunir com a minha Bancada”. -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Está bem, mas espere só um bocadinho, Senhor Deputado. -----

----- Vou dizer como é que íamos fazer e, depois, podemos até interromper. Como o Período Antes da Ordem do Dia já está no dobro do seu tempo, vou dar três minutos em primeiro lugar ao Bloco de Esquerda, que é o Partido que apresentou para dizer o que entender, evidentemente, e depois darei exactamente o mesmo tempo aos outros partidos que eventualmente queiram pronunciar-se, não são obrigados, sobre a matéria, após o que... -----

----- O **Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa (PS)** interrompeu para dizer o seguinte:

----- “Senhor Presidente, gostaria de me reunir com a minha Bancada antes de me pronunciar sobre esta Moção”. -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Sim senhor, mas a metodologia será esta. -----

----- Se pede cinco minutos para interrupção, então os trabalhos estão interrompidos durante cinco minutos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Pedia-lhe, em qualquer circunstância, já sei que os cinco são sempre dez, mas não mais do que dez, porque temos de recomeçar os trabalhos. Muito obrigado”. -----

-----**INTERVALO** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os Trabalhos por alguns minutos a pedido de alguns Senhores Deputados.-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados vamos, então, reiniciar a nossa Sessão. -----

-----Senhor Deputado Carlos Gaivoto tem a palavra, então, por três minutos”.-----

**4.28.1. Sr. Carlos Gaivoto (BE) – Moção do BE**-----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção: -----

-----“Tentarei ser breve. Obrigado Senhor Presidente. -----

-----O Bloco de Esquerda esteve presente na última iniciativa da Associação Nacional de Municípios, na Figueira da Foz, no qual foi tratado o tema do Ordenamento do Território e Planos Directores Municipais. Penso, que ficou claro nesse Seminário, que a necessidade de equacionar os territórios, o seu funcionamento, a mobilidade de pessoas e mercadorias, a avaliação, que nós devemos fazer e o balanço do que tem sido feito relativamente ao modo como o território tem sido expandido e ocupado, leva-nos ou pelo menos nesse Seminário foi bastante evidenciado, à necessidade de considerar outras metodologias de análise, outras metodologias de avaliação. Neste aspecto e porque me preocupa, enquanto Deputado Municipal do Concelho de Oeiras, a evolução que o território do Concelho tem tido, nomeadamente seja ao nível de grandes urbanizações, seja ao nível até de loteamentos com vivendas individuais e tendo como exemplo disso a Quinta do Torneiro, por exemplo, ocupação desenfreada do território e mal planeada.-----

-----Digamos que, quando classificamos assim necessitamos de perceber que ao expandir-se o território desta maneira, está-se com certeza a investir mais em infraestruturas e de “à posteriori” em custos de funcionamento, como sejam os de manutenção dessas infraestruturas,

leva-nos, dizia eu, à necessidade de revermos os modos e as metodologias de trabalho, que não devem repisar nos mesmos erros, que anteriormente têm sido feitos.-----

----- Esta problemática não é uma problemática do Concelho de Oeiras é uma problemática de todos os concelhos, em Portugal. A discussão passa, nomeadamente, pela criação de novas metodologias e é nesse sentido que o Bloco de Esquerda propõe esta Moção.---

----- Faço só referência a três dos oito pontos dos considerandos: -----

----- A alínea d) em que “a dinâmica de expansão do território no Concelho de Oeiras está em contradição com as orientações do Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa”; -----

----- A alínea f) em que “o PDM de Oeiras, enquanto regulamento da ocupação e usos do solo substituiu áreas de equipamento por áreas de usos mistos, enviesando as necessidades de equilíbrio demográfico e de sustentabilidade económica do território”; -----

----- A alínea g) “os impactes negativos entretanto causados na vida das populações e no funcionamento económico do território, só possíveis pela falta de estudos de impacte e do conhecimento acerca da incidência deste tipo de expansão do território no desenvolvimento da comunidade”; -----

----- É por isso que o Bloco de Esquerda propôs aqueles três pontos”.-----

#### **4.28.2. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – Moção do BE-----**

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente. -----

----- Desculpe, Senhor Presidente, mas tenho sempre muito prazer em intervir com a presença do Senhor Presidente aqui. É difícil mas, nessa medida, regozijo-me sempre. E, não sou só eu! Mesmo muitos elementos da Bancada do seu Grupo também manifestam e têm o mesmo sentimento do que eu.-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Reconheço, mas, em qualquer circunstância, ou é rápido ou já perdeu um minuto”. -

-----O **Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** continuou, dizendo o seguinte: -----

-----“Não, são três minutos. Desculpe, são três minutos. Foi o que disse”. -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Como era para me elogiar, eu vou perdoá-lo”. -----

-----O **Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -- -----

-----“Vou ser rápido. -----

-----A CDU, quer durante a última campanha eleitoral quer na nossa primeira intervenção, que fizemos, nesta Assembleia, defendemos a necessidade da revisão do PDM.-----

-----O nosso PDM é um PDM da chamada, digamos, primeira geração. Foi um dos primeiros PDM’s., no qual a CDU deu o seu contributo para a sua realização, mas consideramos que, de facto, havia necessidade de revisão. -----

-----As novas exigências de planeamento onde as questões ambientais e da acessibilidades se impõem. As novas metodologias, que existem, impõe, de facto, que numa vez por todas a Câmara Municipal de Oeiras faça aquilo, que nós temos, desde o início, proposto:----

-----Enquanto não houver um novo PDM, não devem ser aprovados mais nenhuns loteamentos urbanísticos e esta é a nossa posição. Uma posição que é um bocado diferente da que está aqui expressa, nesta Moção, na medida em que, esta Moção ainda admiti que desde que se apresente estudos de impacte ambiental, energéticos ou de transportes então ainda se pode rever. -----

-----A CDU considera que, de facto, não deve ser possível a análise e nem a aprovação de qualquer loteamento, apesar de esta diferença, digamos, de pontos de vista, nós consideramos que se impõe a aprovação numa moção como esta e como aquelas, que nós temos apresentado por esta Assembleia.-----

----- Aliás, é importante considerar portanto, que a própria Câmara também o admite, na medida em que, está em curso o projecto, está em curso a revisão do próprio PDM e, aqui, na Assembleia, nós também já aprovamos, no fundo, uma comissão em que o seu objecto é exactamente esse. Muito obrigado, Senhor Presidente”.

#### **4.28.3. Sr. Luís Sousa (PS) – Moção do BE** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Bancada do PS entende que é primordial, e, neste assunto e neste caso existe legislação em vigor, que legisla toda esta área. É importante que esta legislação seja cumprida. É para nós importante e é essencial toda esta situação e também o primordial é termos defendido até hoje a rápida revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Assim, é para nós um ponto essencial e é para nós o que é de mais imediato a fazer na Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Em relação à Moção, que é apresentada pelo Bloco de Esquerda, pensamos, de facto, que é uma Moção extremamente restritiva e, na nossa opinião, a sua aprovação pode levar à paragem da Câmara, em termos desta área. Por essa razão e porque não defendemos minimamente essa situação. Defendemos, é que, a legislação seja cumprida, como disse, e essa revisão do PDM.-----

----- O Partido Socialista vai votar contra esta Moção, porque defende que a Câmara tem que continuar a fazer o seu trabalho, mas deixando bem claro que devemos avançar rapidamente para a revisão do PDM para ajustarmos a realidade de Oeiras e o PDM à realidade actual de Oeiras. Muito obrigado”:

#### **4.28.4. Sr. Jorge Pracana (PSD) – Moção do BE** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- O PSD analisou esta Moção e, desde logo e à cabeça, tem que dizer que ela está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

afectada pelo síndrome dos “TRÊS IS”:

-----Ilegalidade; -----

-----Irrealismo; -----

-----Impertinência. -----

-----E explicasse:-----

-----Ilegalidade, na medida em que, o que se pretende com esta Moção é, no fundo, quase substituir a Assembleia na República quanto à capacidade legislativa desta. -----

-----O que se pretende com esta Moção, nomeadamente no seu ponto um, é ultrapassar aquilo que nos diz o Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, na redacção do Decreto-Lei cento e setenta e sete, de dois mil e um, que regulamenta, efectivamente, a forma como estes planos, estes loteamentos urbanísticos devem ser apresentados. -----

-----Aliás, quero aqui deixar claro, talvez por esquecimento o Bloco de Esquerda não terá, possivelmente, analisado isso devidamente. É que nesse mesmo diploma já se refere, de facto, a necessidade de apresentar estudos de impacto ambiental, mas para áreas, obviamente, aí definidas. Esse Decreto-Lei que, aliás, como vocês vêem, o Decreto-Lei inicial tem quatro planos, é aquele que, neste momento, está em vigor. -----

-----Portanto, sugiro ao Bloco de Esquerda que, em vez de estar a apresentar esta Moção na Assembleia Municipal, que o faça, através dos Seus Deputados, na Assembleia da República para aí sim, alterarem o diploma e portanto, a partir daí, todos nós teremos que nos submeter a essa mesma regulamentação. -----

-----Em primeiro lugar, quanto ao Irrealismo e daqui eu comungo, inteiramente, daquilo que o Senhor Deputado do Partido Socialista disse, o que é que se pretende, de facto, neste Município? É desenvolvimento ou é paralisação? O que é que pretende, de facto, o Bloco de Esquerda? É filas de munícipes irados à porta da Câmara com bandeiras desfraldadas, pedindo, de facto, que os seus processos sejam apreciados. É a paralisação do desenvolvimento deste

Concelho? É isto que o Bloco de Esquerda, enquanto Partido, que se diz progressista, pretende para a nossa sociedade, para Portugal e para o Concelho de Oeiras?-----

----- Acho que, de facto, não é isso e acho que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda se equivocou nesta matéria. -----

----- Portanto, considero, de facto, que nesta perspectiva, esta proposta é totalmente irrealista e nada consentânea com aquilo que devem ser os objectivos sérios de um qualquer partido político, em Portugal.-----

----- Quanto à impertinência, é, de facto, a última questão. É que não podemos esquecer, aliás, um dos considerandos do Bloco de Esquerda assim o refere, é que, de facto, está nomeada e em funcionamento uma Comissão de Mobilidade e Revisão do PDM. Então, se esta Assembleia criou uma comissão, se essa comissão existe, se está a trabalhar em consonância com a Câmara, então pretende-se agora ultrapassar a própria comissão? E é um dos membros dessa Comissão, que vem propor ultrapassar-se a si próprio? -----

----- Lê-se, não se acredita!-----

----- Por essa razão, o Partido Social Democrata não deixará de votar contra esta proposta. Muito obrigado, Senhor Presidente”. -----

#### **4.28.5. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) – Moção do BE-----**

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, naturalmente que estou um bocado surpreendido. Não esperava ouvir do PS, realmente, a proposta que apresenta e a solução que apresenta para esta Moção.-----

----- Estava a pensar que o PS iria votar a favor desta proposta mas já o disse que não e até demonstra um bom sentido de, realmente, que não caracteriza a postura do PS aqui nesta Assembleia. -----

----- E, aqui faço uma questão, apresento uma questão, o Senhor Deputado Jorge Pracana já o disse, nós não nos podemos substituir à Assembleia da República. Não reconheço a esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia a competência para substituir a Assembleia da República. Portanto, se bem que sejam pertinentes observações desta Moção.-----

-----Naturalmente que somos sensíveis à necessidade do ordenamento territorial. Estamos muito sensibilizados com isso. Por isso mesmo esta Assembleia constituiu a dita Comissão, já falada, Comissão de Mobilidade e Revisão do PDM. E portanto, penso que parar, como aqui sugere, no ponto um, a actividade total da Câmara é irrealista e portanto, acho que é impensável e até sugeria ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que retirasse esta proposta, porque não tem maneira de ser votada. Disse”.-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Luís Sousa pediu a palavra para que efeito? -----

-----Não há mais. Isso peço imensa desculpa. Defini as regras há bocado e não vou alterar regras. São três minutos a cada Partido. -----

-----Sei como se hão-de dirigir os trabalhos.-----

-----Acho que Vossa Excelência tem tanto gosto em dar palpites sobre a forma da direcção dos trabalhos, que eu recomendo que, numa próxima eleição, se candidate ao meu lugar. -----

-----Senhor Deputado Luís Sousa, para defesa da honra, tenha a bondade. São dois minutos”.-- -----

### **4.28.6. Sr. Luís Sousa (PS) – Moção do BE – DEFESA DA HONRA -----**

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

-----“Senhor Presidente, só queria que a Bancada do PP e o Deputado do PP fosse muito mais claro nas afirmações, que disse e que explicasse bem a esta Assembleia, quais são as atitudes inconstantes da parte do PS, que tem tomado ultimamente. Não é extremamente explícito. Espero que isto fique bem claro e penso que, o Senhor Deputado do PP, não tem que

interferir minimamente na gestão e na forma como a Bancada do PS usa e faz dentro desta Assembleia. Portanto, não se deve, não deve minimamente fazer alegações sobre a forma como a Bancada do PS trata os assuntos. E, gostava que fosse mais específico e mais concreto naquilo, que afirma, porque acho que é importante que as pessoas saibam. Muito obrigado”.

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- Senhor Deputado Paulo Miranda se quiser, nos termos Regimentais, tem o direito também por dois minutos a dar explicações”.

#### **4.28.7. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) – Moção do BE** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

----- “Posso responder. Se me permite, Vossa Excelência, Senhor Presidente, logicamente, Senhor Deputado Luís Sousa, se me permite responder-lhe directamente, quando eu falo assim, é que, a postura do PS, em situações anteriores, é demonstrativa da irreabilidade com que os Senhores vivem no contexto Nacional. E é isso que me preocupa. Contexto Nacional sim, Senhor Deputado!

----- O grande problema é que todos os problemas, que nós temos no Concelho de Oeiras e a nível Nacional são provocados pelo Governo do PS noutros tempos, e portanto, que se reflectem agora a todos os níveis e a todos os quadrantes. E, é por isso, Senhor Deputado, que registo com agrado que nesta Assembleia o Senhor tenha uma postura totalmente diferente. Registo isso. Está justificado, Senhor Deputado”.

#### **4.28.8. Sr. Presidente da A.M. – Moção do BE** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Carlos Gaivoto pediu a palavra para que efeito?”.

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** respondeu o seguinte: -----

----- “Para responder o...”.

----- O **Senhor Presidente da A.M.** interrompeu para dizer o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Não há intervenções para responder”.-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** replicou, dizendo o seguinte: -----

-----“Então é para defender a minha Moção”.-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Não pode. Acabou. Peço imensa desculpa.-----

-----Há intervenções? Defesas da honra são coisas diferentes”.-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte: -----

-----“Desculpe, acusaram a Moção de ilegalidade e de impertinência”.-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, tenha paciência. Eu até já fui muito generoso, porque dei ao Bloco de esquerda, que tem apenas um deputado, exactamente o mesmo tempo que dei a bancadas, que têm dez, quinze e vinte deputados. As regras foram ditas.-----

-----É o princípio do contraditório.-----

-----Acho que nós temos todos de nos habituar a isto! Que é assim: -----

-----Uma pessoa fala. Outro de doutro partido tem uma opinião diferente e depois fica nas actas. Quem assiste aprecia. Mas é o princípio do contraditório. É natural em democracia.-----

-----As regras são assim definidas. E, no futuro, o que define a regra são as regras regimentais.-----

-----Senhor Deputado tenha paciência.-----

-----Acho até, sinceramente, que fui até muito generoso, porque como o Senhor sabe, os tempos em todas as matérias, designadamente o Período Antes da Ordem do Dia, são em função da dimensão de cada partido e, eu aqui, até dei, exactamente, o mesmo tempo a todos por igual, quer a quem tem um deputado, quer a bancadas, que têm dez ou mais deputados.-----

-----Portanto, está encerrado. Tenha paciência.-----

-----Cada partido já definiu a sua posição? Já a anunciou?-----

----- Vamos passar à votação”. -----

#### **4.28.9. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO BE** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a Moção do BE, a qual foi rejeitada com trinta e um votos contra, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite, e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e cinco votos a favor, sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um voto do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivotto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

#### **MOÇÃO** -----

----- Considerando: -----

----- a) O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, publicado em DR em Abril de 2002; -----

----- b) O diagnóstico e as orientações acerca do modelo de expansão do território da AML, nomeadamente no que se refere à recomendação de refrear (ou congelar) a construção de mais edificado em áreas urbanizáveis; -----

----- c) A necessidade de integrar, nos PDM's, as orientações ambientais e energéticas, e dos transportes nomeadamente através dos Planos de Mobilidade; -----

----- d) A dinâmica de expansão do território no Concelho de Oeiras está em contradição



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com as orientações do PROT da AML; -----

-----e) O PDM de Oeiras, enquanto regulamento desta dinâmica, fica aquém destas novas orientações;-----

-----f) O PDM de Oeiras, enquanto regulamento das ocupações e usos do solo substituiu áreas de equipamento por áreas de usos misto, enviesando as necessidades de equilíbrio demográfico e de sustentabilidade económica do território; -----

-----g) Os impactes negativos entretanto causados na vida das populações e no funcionamento económico do território, só possíveis pela falta de estudos de impacte e do conhecimento acerca da incidência deste tipo de expansão do território no desenvolvimento da comunidade; -----

-----h) O PDM está há dez anos a ser aplicado e que a sua revisão é tão urgente que a Assembleia Municipal já elegeu a Comissão de Mobilidade e Revisão do PDM. -----

-----O Bloco de Esquerda propõe:-----

----- 1. Suspensão imediata da autorização dos processos de candidatura de loteamento urbanístico que não apresentem estudos de impacte ambiental, energético e de transportes; -----

-----2. Apresentação dum resumo dos processos de loteamento urbanístico em curso e/ou já aprovados, acompanhados do seu enquadramento na área envolvente, sendo que esta área pode ir ao conjunto do perímetro urbano da zona, e do parecer técnico sobre a incidência que tem: ----

-----a) Nos índices de ocupação e usos (áreas brutas e líquidas de construção e densidades humanas líquidas); -----

-----b) Nos impactes de tráfego; -----

-----3. Para além da realização do Workshop no próximo dia 14 de Outubro, a realização do Plano de Mobilidade do Concelho de Oeiras. -----

-----O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda -----

-----a)Segue-se assinatura -----

----- Oeiras, 30 de Setembro de 2003 -----

**5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**5.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 1218/03 relativa ao lançamento de Derrama relativa ao ano de 2003 a ser cobrada em 2004 – Ofício Nº. 44454 de 03.09.18.-----**

----- **Deliberação Nº. 30/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós estamos a discutir e vamos discutir o lançamento da derrama para dois mil e quatro.-----

----- Bem vistas as questões, é uma discussão que vai ter muito poucos resultados, muito poucos frutos, na medida em que, a derrama, digamos, é um imposto sobre o IRC. O IRC cobrado às empresas, resultante da actividade económica de dois mil e três. A actividade económica de dois mil e três, aí penso, que há consenso. Não interessa dizer as causas de quem é o responsável ou não, mas é uma actividade, que está, de facto, muito debilitada para não dizer outra coisa e o IRC vai ser ainda cobrado em dois mil e quatro, vai ser ainda mais pequeno que o de dois mil e três. Porque a situação em dois mil e três é pior do que a de dois mil e dois. -----

----- Portanto, a derrama vai ter poucos resultados e, aliás, se nós verificarmos aquilo que está a acontecer este ano, essas preocupações são maiores. Nós orçamentamos para dois mil e três, vinte e cinco milhões de euros e até trinta e um de Agosto, de acordo com os dados, que nós, depois, havemos de ver no relatório da Câmara, a Receita até trinta e um de Agosto são seis vírgula oito milhões. -----

----- Portanto, nós estamos a falar do imposto que dificilmente vai ter alguns resultados e se atentarmos a que este imposto servirá para financiar, penso que, obras e investimentos, que, pelo menos, por aquilo, que está aqui, na ordem dos sessenta milhões, então parece-me a mim que, de facto, ainda se torna mais caricato, quer dizer, portanto, o lançamento deste imposto. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Daí que, nós chamemos a atenção para quando se efectuar o orçamento para dois mil e quatro, um orçamento, que todos nós queremos, que seja realista para se ter muito em conta a verba, que vai considerar neste imposto da derrama. -----

-----Posto estas considerações, claro está que nós iremos votar, digamos, a favor deste imposto, porque ele também, em certa medida, no nosso ponto de vista, vai fazer alguma justiça àquilo que o Governo, porque se prepara para dois mil e quatro, que é diminuir o IRC. -----

-----Digamos, o Governo prepara-se para dois mil e quatro diminuir o IRC e este imposto, no nosso ponto de vista, vai repor alguma justiça naqueles benefícios que o Governo quer dar e, nós sabemos a quem se destinam esses benefícios. -----

-----Portanto, apesar disto, nós vamos aprovar portanto isto, mas sem muitos efeitos”. ----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** acrescentou, referindo o seguinte: -----

-----“ Sem muito entusiasmo. Já se percebeu”. -----

-----O **Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“Exactamente”. -----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, a Bancada do PS, sobre os dez por cento, que é a taxa máxima permitida por Lei, em termos de derrama, o que achamos, obviamente, que face à situação actual, a conjuntura em que as câmaras e os órgãos autárquicos, que foram colocados pelo Governo, torna-se uma medida necessária de tomar. -----

-----Infelizmente, no ponto de vista geral e económico, o que quer dizer, é um aumento da carga fiscal das empresas. Obviamente que este é um assunto muito mais abrangente, muito mais Nacional e que tem a ver com as Políticas Nacionais, Fiscais e Económicas, que têm sido levadas pelo Governo PSD/PP. -----

-----No entanto, aquilo que nos preocupa, do ponto de vista, aquilo que gostaríamos de

saber se fosse possível da Senhora Presidente, e já percebemos que o dinheiro, que recebermos da derrama será para estes investimentos específicos, que estão aqui transcritos. Se existe já uma ideia de qual será o valor, uma perspectiva, o impacto, que tanto quanto sei, há um aumento de nove para dez, em Oeiras, o ano passado era nove. Era dez, já? Portanto, qual o impacto previsível, neste sentido. É basicamente isso, que queríamos saber e também dizer que, obviamente, vamos votar a favor desta taxa de dez por cento”.-----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Cadeira Martins fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. -----

----- Face às dificuldades financeiras que as Autarquias atravessam, privadas a constrangimentos orçamentais, não devido, como o Senhor Deputado Luís Sousa disse, ao Governo do PSD, mas sim a um Governo em que ele fez parte, esteve lá seis anos e, portanto, levou, efectivamente, a estes constrangimentos orçamentais por um lado e por outro, sendo importante continuar na vanguarda do desenvolvimento que este Município tem sido exemplo no contexto Nacional e para tal, dando sequência aos investimentos em curso e aos projectos candidatos ao Quadro Comunitário de Apoio Três, em áreas como; a habitação, saúde, educação, ambiente e espaços verdes. Investimentos estes, estes sim, que necessitam de meios financeiros adicionais para o bem-estar da população oeirense. A Bancada do PSD nada tem a opor pelo que vai votar a favor. Muito obrigado”. -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda refere o seguinte: -----

----- “Só queria fazer uma referência a exactamente isso. -----

----- Esta é a continuação da conversa anterior. -----

----- Realmente a situação do nosso Estado e o Senhor Deputado do PS dizia e afirmou que é por este Governo do PSD/CDS, queria lembrar ao Senhor Deputado, mais uma vez, que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situação se refere “à posteriori”. Portanto, os grandes problemas surgem agora face à anarquia e ao desgoverno do vosso Governo. Disse”. -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal intervém para dizer o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, o que é que Vossa Excelência deseja? -----

-----**Perante a resposta de um dos Membros desta Assembleia Municipal, que a fez com o microfone desligado, o Senhor Presidente da A.M. deu os seguintes esclarecimentos.**

-----Não pode, Senhor Deputado. Nem vou dar pela defesa da honra. Não vou dar. Peço imensa desculpa. -----

-----O Senhor sabe que eu até tenho uma grande simpatia por si. Sabe isso? -----

-----No ponto seguinte, o Senhor pede a palavra e fala à vontade, mas repare, oiça, nós temos que ter um bocadinho de regra. O Senhor sabe que até tenho todo o gosto em dar-lhe a palavra. Mas não é possível. Cada um faz as suas considerações. Eu também oiço aqui tanta coisa, que não gosto, que acho que são erros, mas tenho uma paciência enorme. Até tenho bom sentido de humor. Temos que nos habituar um bocadinho a isso. É a democracia. A democracia é isto mesmo. -----

-----Vamos, é ouvir a Senhor Presidente da Câmara, porque foi feita uma pergunta. Isso sim. Sobre a questão da repercussão financeira da derrama e eu acho que isso é que é útil para todos sabermos”. -----

----- **Sra. Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----É só dar uma informação. -----

-----Relativamente à derrama, a taxa mantém-se nos dez por cento e dizer-vos que, precisamente a semana passada entraram de derrama mais dezasseis milhões, novecentos e

quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta euros e dezoito cêntimos, o que perfaz, neste momento, vinte e três milhões, cento e cinquenta e quatro, cento e dezasseis euros e noventa e sete cêntimos. - -----

----- Portanto, a entrada na semana passada, exactamente terça ou quarta-feira passada. Como isto só se refere até ao dia trinta e um de Agosto, aí não está. Aliás, sucedeu o mesmo o ano passado. Se virem o ano passado, nesta altura, a arrecadação ainda era inferior a este ano. Era seis milhões, cento e noventa e dois euros e aqui é já seis, oitocentos e cinco no mesmo período. -- -----

----- Portanto, mas neste momento estamos em vinte e três milhões, cento e cinquenta e quatro, cento e dezasseis. Muito obrigada”. -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Acho que foi útil, para todos, esta informação”. -----

### **5.1.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um voto do CDS/PP (Paulo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Henrique Miranda) e um voto do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivotto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/2003**-----

### **PROPOSTA C.M.O. N.º 1218/03 – LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2003 A SER COBRADA EM 2004.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e dezoito barra zero três, a que se refere a deliberação número cento e três da reunião da Câmara Municipal, realizada em dez do mês em curso e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar ao abrigo do artigo décimo oitavo, da Lei quarenta e dois, de noventa e oito, de seis de Agosto, o lançamento de uma derrama de dez por cento sobre a colecta do IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, relativo ao rendimento gerado na área geográfica do Município de Oeiras no ano dois mil e três a ser cobrada em dois mil e quatro, cujo produto seja aplicado exclusivamente ao financiamento dos investimentos referenciados na presente proposta, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

### **5.2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1213/03 relativa à Taxa a aplicar na Contribuição Autárquica referente ao ano de 2003 e aos Valores Patrimoniais dos Prédios Urbanos – Ofício N.º 44455 de 03.09.18.**-----

----- **Deliberação N.º 31/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

----- “Portanto, aquilo que é habitual todos os anos; a Derrama e a Contribuição Autárquica”.-----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz refere o seguinte: -----

----- “Isto é também uma proposta para aquilo chamado de calendário, na medida em que, eu penso que este imposto, esta Contribuição Autárquica, eventualmente, portanto, poderá ser alterada ainda com legislação, que estará para sair, mas como é necessário enviar elementos para as finanças para salvaguardar algumas questões. Depois, a proposta, que está aqui, é uma proposta idêntica àquela que vem de anos anteriores.-----

----- Nós consideramos também que será de aprovar.-----

----- Mas, já agora, também queria só dizer o seguinte: -----

----- Nós não podemos, em princípio, diminuir mais o peso dos impostos para que o cidadão comum possa viver melhor, devido, já agora também devido, aos sucessivos governos PSD e PS”.-----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o seguinte: -----

----- “Exactamente, Senhor Deputado. Faltava essa referência. Nem parecia do PCP. -----

----- Acho que Vossa Excelência, hoje, ainda não tinha feito essa referência”.-----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, sobre a Contribuição Autárquica não há muito a dizer sobre esta taxa, que está a ser implementada, este imposto.-----

----- Aquilo que me preocupa, em termos de Contribuição Autárquica, ou aquilo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gostaria de saber e se fosse possível, talvez hoje não seja possível, há alguma Contribuição Autárquica que tem a ver com os períodos de isenção de quatro a dez anos.-----

-----Tanto quanto sei, os maiores períodos de crescimento e de compra de habitações, neste Concelho, foram há dez anos, nos anos noventa, à volta disso, finais dos anos oitenta, finais dos anos noventa. O que isto quer dizer? Quer dizer que, o período que é dado aos cidadãos, em termos de isenção deste imposto, deve estar a terminar na grande parte das famílias e dos municípios deste Concelho. -----

-----Existe a ideia na Câmara ou algum estudo, alguma ideia de qual será o impacto financeiro e quando é que começam a terminar estas isenções, em termos de recomeçar o recebimento sobre a Contribuição Autárquica. Isto, para nós, é que é importante. Acho que é um valor que começa a ser importante e que nos dará a ideia de orçamentação e de receitas potenciais neste sentido. Muito obrigado. -----

-----Vamos estar a favor, obviamente”.-----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda refere o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, aqui esta proposta da Câmara demonstra aqui, apesar das dificuldades que a Câmara atravessa, certamente todos os municípios, teve a coragem de manter a taxa ao nível do ano passado, certamente, com alguma tenção das dificuldades, que nós, aqueles pagamos essa taxa, temos todos deste Concelho de Oeiras. -----

-----Portanto, o CDS vai votar a favor desta proposta”. -----

----- **Sra. Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

-----“... (**Mudança de Cassete**) ...dizer que relativamente a esta matéria é que elas estão, aliás, como se vê pela própria evolução do Quadro, que está naquele relatório do trimestre, verifica-se, exactamente, a tendência e portanto para o desaparecimento das isenções. -----

----- Fazia exactamente tensões de, quando for da discussão das opções estratégicas e do Orçamento, trazer aqui dados mais precisos, mas de qualquer das maneiras, aliás, já se vê pela própria tendência dos últimos anos, que aqui estão referidos no próprio Relatório Trimestral. Portanto, elas estão, digamos, a aproximar-se do final, o que quer dizer que, em termos de Contribuição Autárquica, que há tendência para aumentar, em termos de receitas arrecadadas. Muito obrigada, Senhor Presidente”. -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal intervém para dizer o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Se permite só acrescentar que na altura do Orçamento, pelas razões, que disse e que também como vai entrar em vigor a nova legislação a partir de um de Janeiro de dois mil e quatro, acho que a altura do Orçamento é capaz de ser uma boa ocasião para uma análise do que é que vai mudar nesse domínio. -----

----- Senhores Deputados está encerrada a discussão, passaremos à votação”. -----

### **5.2.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e três do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral), três da CDU (José Tavares da Cruz,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carlos Alberto Coutinho e Joaquim Vieira Cotas), um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um voto do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivoto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. N.º 1213/03 – TAXA A APLICAR NA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA REFERENTE AO ANO DE 2003 E AOS VALORES PATRIMONIAIS DOS PRÉDIOS URBANOS.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e treze barra zero três, a que se refere a deliberação número noventa e oito da reunião da Câmara Municipal, realizada em dez do mês em curso e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e três do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a taxa a aplicar na Contribuição Autárquica referente ao ano dois mil três e aos valores patrimoniais dos prédios urbanos em um por cento, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

**5.3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 925/03 relativa à Inserção do Sistema de Identificação Electrónica de Animais – Alteração à Tabela de Taxas – Rectificação da Deliberação tomada em Reunião de Câmara de 28/05/03 – Ofício N.º. 43539 de 03.09.15.** -----

----- **Deliberação N.º. 32/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “Esta proposta visa corrigir um lapso da Deliberação da Câmara de Maio último. ----

----- E portanto, a CDU entendeu, que não entende bem, é, como é que isto passou na primeira, na altura da Deliberação da Câmara. -----

----- De qualquer modo, a CDU vai votar favoravelmente esta alteração para os dez euros, que estão cá propostos”. -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. É um lapso. Lapsos, todos nós podemos ter, só quem não faz nada, é que não tem. -----

----- Senhores Deputados, então, vamos passar à votação”.-----

### **5.3.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral), três da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho e Joaquim Vieira Cotas), um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um voto do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivoto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 32/2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. N.º 925/03 – INSERÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA DE ANIMAIS – ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 28/05/2003 – PONTO 8.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e vinte e cinco barra zero três, a que se refere a deliberação número vinte e cinco da reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Julho último e deliberou por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a seguinte rectificação à Tabela de Taxas:-----

Que a alínea b), do artigo vigésimo primeiro, da secção quinta, da Tabela de Taxas do corrente ano passe a ter a seguinte redacção:-----

Serviços prestados a animais:-----

-----b) Inserção de chip – Sistema de Identificação Electrónica de Animais dez euros e dezoito cêntimos, (oito euros e oito cêntimos, mais dois euros e dez cêntimos), nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

**5.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 1005/03 relativa ao Programa de Habitação Jovem no Centro Histórico de Oeiras – Aquisição de Edifício na Rua Marquês de Pombal, N.º. 3 a 7 – Ofício N.º. 43540 de 03.09.15.**-----

----- **Deliberação N.º. 33/2003 da A.M.**-----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa refere o seguinte: -----

----- “Sobre o Programa de Habitação Jovem e a aquisição propriamente dita, que é o assunto desta proposta, deste ponto, o PS defende, obviamente, que todas as aquisições, que são feitas neste sentido e com este intuito são de louvar. Mas, para nós, o que é essencial, é a floresta e não a árvore. Quando digo a floresta, digo que o famoso Regulamento Regimento sobre a Habitação Jovem em Oeiras, que nós nos temos debatido desde há algum tempo, ainda não foi apresentado. Não temos a menor noção do que se passa. É para nós pertinente que este Regulamento seja rapidamente apresentado a esta Assembleia e rapidamente discutido para todos saberem com que “linhas nos cosemos”. E, para percebermos também os critérios, que estão a ser usados pela Câmara neste sentido.-----

----- Esta é para nós o principal e o facto mais contundente da habitação jovem. No entanto e sobre esta proposta gostava que a Senhora Presidente nos dissesse aqui que o montante e o valor de mais valias, que está definido nesta proposta, se existe um compromisso por parte da Câmara, será para usar em habitação jovem? Isto para nós também é importante. São ganhos com a habitação jovem, portanto, devem ser, na nossa opinião e é isso que nós achamos pertinente, reinvestidos em habitação jovem e para os jovens em Oeiras.-----

----- É, de facto, uma das bandeiras de campanha do P.S., que o defende. E é essencial que os jovens voltem a Oeiras e é essencial que haja cuidados e haja também, por parte da Câmara, incentivos e investimentos nessa área.-----

----- Há aqui um ganho de quinhentos e muitos mil euros, portanto era importante um comprometimento por parte da Câmara no reinvestimento em habitação jovem. Muito obrigado”.

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas intervém para dizer o seguinte: -----

----- “A CDU entende acerca desta proposta o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Concelho de Oeiras tem ao todo quinze núcleos de formação histórica e não apenas Oeiras e Paço de Arcos.-----

-----Seria bom que na verdade se olhasse também para os restantes treze centros. Porque é fundamental recuperar e salvaguardar o centro histórico e as habitações lá edificadas.-----

-----O imóvel em causa, que está aqui nesta proposta, na Rua Marquês de Pombal, tem, de facto, um valor histórico.-----

----- Conhecemos relativamente bem aquele património e a CDU, que vai votar favoravelmente a sua aquisição, congratula-se com o facto deste excelente património passar a ser Municipal e não correr outros riscos.-----

-----Portanto, para além do fim a que se destina, que é para habitação jovem e a proposta, que está aqui, é clara acerca disso.-----

-----Na verdade, se há aquisições, se há propostas, que para nós, CDU, merecem ser apoiadas, é exactamente esta. Porque aquele quarteirão da Rua Marquês de Pombal, que vai agora ser adquirido, agora gostaríamos é que a sua recuperação entrasse em funções, fosse, na verdade, rapidamente. Isto é, rapidamente não é, porque aquilo ainda envolve um investimento significativo. Mas que não ficasse ali muito tempo a degradar-se mais como temos o exemplo dali do Palácio do Egipto, que está a cair aos bocados e já há mais de uma década que a Câmara o adquiriu. Portanto, adquirir património para o deixar, na verdade, como o Palácio do Egipto ficou! É discutível, se vale a pena.-----

-----Agora este vale muito a pena.-----

-----O que vale a pena também a seguir, é recuperá-lo e devolvê-lo, na verdade, para o fim, que está aqui.-----

-----Portanto, repito que a CDU congratula-se com este património passar a ser Património Municipal para o fim a que se destina.-----

-----E vamos votar favoravelmente, claro”.-----

----- **Sra. Elisabete Oliveira (PSD)** -----

----- A Senhora Deputada Elisabete Oliveira disse o seguinte: -----

----- “Vejo com grande satisfação a aquisição, por parte da Câmara, deste edifício. Há muito tempo que eu me vinha preocupando com a sua degradação. -----

----- Este edifício é para mim muito caro, porque foi aqui que eu aprendi as minhas primeiras letras e não só eu como toda, quase, enfim, a maior parte das pessoas de Oeiras da minha geração e algumas gerações a seguir.-----

----- É na realidade um belo imóvel com um espaço interior muito grande. Possibilita, na realidade, um aproveitamento bom. E, portanto, congratulo-me pelo facto de a Câmara o adquirir, por isso é uma garantia de que realmente ele vai ser preservado e congratulo-me também por aquilo a que se destina, para habitação jovem. Porque penso que o Centro Histórico de Oeiras, o que precisa, é realmente de ser desenvolvido e de ter vivência e nada melhor do que realmente jovens que têm sempre outra disposição para sair do que as pessoas mais velhas. -----

----- Portanto, estou perfeitamente de acordo e é com alegria, inclusive, que aprovarei esta proposta, que bastante me satisfaz, não só a mim como a muitas pessoas com quem, aliás, conversei, quando vi esta proposta e todas nós ficamos bastante alegres e contentes por ser entregue à Câmara um património, que para nós, Oeirenses, da minha geração, como disse, é bastante caro. Muito obrigado”. -----

----- **Sr. Salvador Costeira (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também quero aqui sublinhar com um certo ênfase que considero extremamente importante a recuperação dos Centros Históricos. Esta zona também me diz alguma coisa do ponto de vista afectivo, porque foi aqui que eu brinquei, quando era criança. -----

----- Logo, para além de tudo isto, gostava de salientar um aspecto que considero extremamente importante, é que neste espaço vão surgir treze fogos de tipo “T dois”, seis lojas e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ainda vinte e oito lugares de estacionamento para além dum espaço de lazer. Isto é extremamente importante no Centro de Oeiras e não posso deixar de sublinhar.-----

----- Ainda num outro aspecto, acho que, sem pôr em causa o valor histórico até desta aquisição, considero que estamos em presença dum belíssimo negócio, porque a Câmara vai pagar setecentos mil euros, vai dar de sinal cem mil euros, vai pagar trezentos mil euros em dois mil e quatro e trezentos mil euros em dois mil e cinco.-----

-----Parabéns à Câmara porque actuou de uma forma excelente. Muito obrigado”.-----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte: -----

-----“A Câmara Municipal de Oeiras, de facto, já nos habituou a estas atitudes que são bem reveladoras e permitem-me de alguma maneira recuperar aquela velha Lei de Lavoisier: nada se perde e tudo se transforma. -----

-----De facto, reparem Senhores Deputados, nós, há uns anos largos, fomos convidados aqui aprovar, aprovamos e com o êxito assinalável, que todos lhe reconhecessem a aquisição da Fábrica da Pólvora, o resultado está à vista.-----

-----Temos agora aqui, uma vez mais, algo que somos convidados a aprovar e que respeita, de facto, a aquisição de um imóvel, mas mais importante que isso é verificarmos as preocupações da Câmara também nesta área, uma vez mais, esta área social. -----

-----A Câmara podia adquirir este edifício e destiná-lo a um museu, destiná-lo a um centro de artes, destiná-lo como fez noutros edifícios a uma vocação deste género. Entendeu, desta vez e muito bem, afectá-lo a um uso habitacional e penso que é importante nesta perspectiva de que tal irá dar muito mais vida àquele centro, irá renová-lo, certamente e portanto, tal como os Senhores Deputados, que me antecederam o disseram, eu só posso aqui e o P.S.D. seguramente o faz também, congratularmos com esta decisão da Câmara, que demonstra inteligência, demonstra interesse na satisfação das necessidades dos munícipes deste Concelho e

fundamentalmente um grande amor àquilo que é o património arquitectónico de Oeiras. Muito obrigado”.

----- **Sra. Presidente da C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Apenas acrescentar o seguinte: -----

----- Como estarão recordados, nós fizemos um levantamento de vários imóveis devolutos na zona de Oeiras, de Paço de Arcos e de Algés. -----

----- Fizemos um levantamento de trinta imóveis, exactamente para podermos e tendo em conta a intenção, que temos, de contrariar, digamos assim, o envelhecimento, que se faz notar a nível dos núcleos antigos e dos centros históricos. Nós, digamos assim, temos vindo ou é nossa intenção ir adquirindo esses imóveis devolutos, no sentido de os reabilitar e depois proporcionar arrendamentos acessíveis aos jovens, de facto. E portanto, é o compromisso que a Câmara assumiu e confirmo aqui, sem qualquer problema. -----

----- Neste momento e neste caso em concreto, nós temos, de facto, aquele edifício aqui, em Oeiras que de acordo com o estudo, que foi feito, possibilitará a criação de treze fogos da tipologia T Dois. Vai possibilitar também uma área de comércio, digamos assim, seis lojas, uma zona de estacionamento para cerca de vinte e oito lugares e também, digamos, algum espaço, um pátio, como habitualmente se chama nestas situações. E portanto, digamos que, neste momento, o edifício encontra-se, de facto, devoluto à excepção de duas lojas, se não me falha a memória. É que duas lojas ainda não estão, mas estamos a equacionar a situação e portanto, digamos, que há aqui o compromisso por parte da Câmara de que neste caso e noutros que se seguirão e noutros que o antecederam, que, aliás também, creio que vêm mencionados, de alguma forma, na informação anexa à proposta de deliberação, que foi enviada à Assembleia. Ficam a perceber, desde já, qual é a política da Câmara nesta matéria e o compromisso, que foi assumido e que está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vertido nas actas, obviamente, e nas propostas, que entretanto fez à Câmara e à Assembleia. -----

-----Portanto, o que pretendemos, de facto, é revitalizar os centros históricos, rejuvenescê-los e, portanto, trazer os jovens para aqui e, obviamente, para o fazermos, temos que entre outras coisas, tornar acessíveis a habitação. -----

-----E para além de tudo o mais, temos aqui também uma função, digamos assim, que é nestas matérias e noutras, quando se trata de venda, não só a nível do arrendamento, como da própria venda, nós funcionarmos como, eu diria, uma entidade reguladora de tudo isto. Reguladora do mercado ao fim e ao cabo. -----

-----E portanto, é este o compromisso que assumimos perante a Câmara e, este é um dos exemplos, mais um dos exemplos que, entretanto, temos vindo a seguir, digamos assim. Muito obrigada, Senhor Presidente”. -----

### **5.4.1. VOTAÇÃO**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e três do PSD (Elísio Gouveia Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral), três da CDU (José Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um voto do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivotto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 33 /2003** -----

**PROPOSTA C.M.O. – 1005/03 – PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM NO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS – AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO NA RUA MARQUÊS DE POMBAL, N.º 3 A 7.** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e cinco barra zero três, a que se refere a deliberação número cento e cinco da reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Julho último e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e três do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição do imóvel sito na Rua Marquês de Pombal, número três a sete, em Oeiras, inserido no Programa de Habitação Jovem no Centro Histórico, pelo valor de setecentos mil euros, sendo os respectivos pagamentos efectuados da seguinte forma: -----

Cem mil euros, com a formalização do contrato de promessa de compra e venda no decurso do ano de dois mil e três;-----

Trezentos mil euros, no decurso do ano de dois mil e quatro;-----

Trezentos mil euros, no decurso do ano de dois mil e cinco, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

**5.5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º. 1059/03 relativa ao Regulamento sobre Dispensa de Projectos de Execução, para efeitos do disposto no N.º. 4, do Artigo 80º., do Decreto-Lei N.º. 555/99, de 16 de Dezembro na redacção introduzida pelo Decreto-Lei N.º. 177/01, de 4 de Junho – Ofício N.º. 43541 de 03.09.15.**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **Deliberação Nº. 34/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

-----“A qualidade de construção em Portugal tem vindo a degradar-se nos últimos anos e, hoje em dia assistimos a situações perfeitamente insólitas em que construções que poderão ser, digamos, catalogadas como habitação de luxo, padecem dos mesmos males que aquelas construções, que tradicionalmente eram apontadas como construções de menor qualidade, que seriam as habitações de promoções municipais, o vulgar bairro social.-----

-----Actualmente, efectivamente, a igualdade entre estes dois tipos construtivos é evidente porque a qualidade da construção em si decaiu.-----

-----Esta introdução tem a ver com o seguinte:-----

-----Ao dispensarmos a apresentação do Projecto de Execução, que é onde, portanto, se podem pormenorizar com mais cuidado e detalhadamente alguns processos para uma boa execução de obra, nós ao estarmos a facilitar este processo, podemos, eventualmente, estar a cair no risco das construções não terem aquela qualidade, que todos nós desejamos.-----

-----É evidente que da alínea b) à alínea e) não há qualquer problema.-----

-----Em relação à alínea a) coloca-se a questão, se efectivamente, se será correcto ou não, porque as moradias unifamiliares não são construídas só e apenas pelos próprios, pelos seus futuros ocupantes. Há muitas moradias unifamiliares, que são construídas por promotores imobiliários e que depois são colocadas no mercado de venda.-----

-----Enfim, é um valor que..., é uma área aceitável. De qualquer forma, gostaríamos que ficasse aqui o nosso reparo e a nossa chamada de atenção em relação à qualidade construtiva, portanto no sentido de a Fiscalização Municipal, dentro das suas capacidades, como é evidente, acompanhar as obras o mais em cima possível para que não se verifique no nosso Concelho, como penso que não se tem verificado até ao momento, alguns dos perfeitos desastres, que se

tem verificado em concelhos limítrofes. É tudo. Muito obrigado”.-----

----- **Sr. António Cabral (PS)** -----

----- O Senhor Deputado António Cabral refere o seguinte: -----

----- “Boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais e Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, meus senhores munícipes, na realidade o Artigo quarto, do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro e a redacção do número cento e setenta e sete de dois mil e um, de quatro de Junho revê que em casos de escassa relevância urbanística seja dispensado pelo Regulamento Municipal a apresentação de Projecto de Execução no prazo de sessenta dias. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras vem apresentar uma proposta para o referido Regulamento. Nesta proposta convém analisar o que está em questão; por um lado, porque se realizam um projecto de execução? Por outro, o que são situações de escassa relevância urbanística? -----

----- Quanto à primeira questão, há que de uma vez por todas entender que a apresentação de um projecto de execução na Câmara Municipal, não se faz por simples formalidade como refere a proposta. É uma obrigação da Lei, que visa entre outras a defesa dos valores urbanísticos, culturais e a segurança e qualidade de vida dos munícipes e da comunidade. -----

----- Por outro, há que sublinhar, que num projecto de execução se procede à definição completa e coerente dos elementos projectados, integrando a descrição e a justificação das soluções preconizadas e a sua representação em peças desenhadas, escritas ou outras, é etc. -----

----- Julgo que toda a gente sabe o que deve incluir um projecto de execução.-----

----- Quanto às situações de escassa relevância urbanística consideradas na proposta de Regulamento Municipal, a Bancada do PS discorda da lista apresentada, bem como acha inadmissível que não tenham sido consultadas directamente as ordens profissionais dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

engenheiros, dos arquitectos, as associações dos engenheiros técnicos e dos urbanistas, as associações de empreiteiros da construção civil que, por serem instituições de interesse público, foram consultadas e tiveram um papel determinante com contributos importantes para o articulado do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco e do Decreto-Lei cento e setenta e sete.

-----Quanto à lista das situações de escassa relevância urbanística, é nossa convicção que esta deveria conter, não deveria conter mais do que as seguintes situações:-----

-----Muros de vedação ou vedações de terrenos, quando estas não requeiram fundações especiais e em situações em que as escavações sejam de pequena profundidade, edificações com estruturas simples com área bruta inferior a cem metros quadrados. Estas estruturas deverão ter um carácter provisório e não deverão ser em betão armado ou metálicas, exigindo cálculos difíceis. Para isto basta lembrar-nos o acidente de ontem, no Norte do País, em que caiu uma placa e, claramente, sem estar no local, consegue-se aperceber que não há, de facto, estruturas dimensionadas. Não sei quais são as condições em que deixaram construir aquilo, mas se fosse uma situação, estava facilmente enquadrável para este Regulamento. -----

-----Todas as alterações, ainda que não incluiria todas as alterações não estruturais no interior das edificações, por exemplo; demolições, construções de paredes divisórias não estruturais. -----

-----Relativamente à proposta de situações de escassa relevância urbanística, cumpre perguntar o seguinte: -----

-----Será que uma moradia unifamiliar com trezentos e cinquenta metros quadrados, cujo valor do mercado nunca será inferior a trezentos e cinquenta mil euros, se poderá considerar de escassa relevância urbanística? E, se for uma moradia de cento e cinquenta metros quadrados, por exemplo, assinada pelo Arquitecto Siza Vieira? Ou por qualquer outro arquitecto, por exemplo, um arquitecto, cuja actividade se desenvolva predominantemente no Concelho de Oeiras? Não deverão ter todos direito ao respeito pela sua dignidade intelectual e profissional? Já

agora, o Município considera que os bairros de moradias do Concelho de Oeiras com áreas inferiores a duzentos e cinquenta metros quadrados têm escassa relevância urbanística? Por acaso, pretendem desvalorizar o património construído? Quantos dos senhores, aqui presentes, pretendem ver, de uma assentada, as suas propriedades, e, a dos restantes munícipes, a serem consideradas de escassa relevância urbanística? -----

----- Ainda mais, é dada também como justificação, o que por norma as moradias unifamiliares se destinam a ser usufruídas pelos seus proprietários e, o que acontece àquelas que não forem? Por exemplo, as que são construídas por promotores imobiliários? -----

----- Segundo a proposta de Regulamento em discussão, ainda há mais, não são de relevância urbanística todas as alterações, que não prevejam aumento da área bruta de construção superior a cem metros quadrados. Isso quer dizer que qualquer um pode alterar a estrutura interna da sua habitação sem dar a conhecer à Câmara Municipal o projecto de execução das alterações, que vai introduzir. Só vos dou um exemplo: -----

----- Um morador do primeiro andar, num determinado prédio de seis pisos, resolve demolir um pilar para ficar com uma sala mais ampla, reestrutura a sua casa e não dá a conhecer à Câmara Municipal o projecto de execução correspondente a essa alteração. Será que assim os munícipes se sentirão protegidos? Os vizinhos dos dois andares dormirão em paz e seguros? E, se ele vier a vender a terceiros a sua habitação, a Câmara desresponsabiliza-se relativamente ao novo munícipe? Passa a “batata quente” a quem? -----

----- Isto para já não falar nos acrescentes às edificações, que com este Regulamento irão proliferar ao atropelo de tudo e qualquer ordenamento urbanístico e arquitectural, condenando, isso sim, todo e qualquer bairro à desordem e por fim à escassa relevância urbanística. -----

----- Posso concluir que este Regulamento não é mais do que um manual como se atingir a relevância urbanística. Esta, em vez de ser um ponto de partida, será, certamente, um ponto de chegada. -- -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Pretende, ainda a Câmara, que sejam consideradas escassas relevâncias urbanísticas todas as situações de legalização de construções ou alterações. Aqui, o Regulamento é paradigmático, pois se é necessário fazer qualquer coisa para resolver as situações de construções e alterações ilegais, a primeira atitude, que a Câmara toma, é tratar de demitir-se de fazer seja o que for.-----

-----Com este Regulamento todas as construções ilegais, por exemplo; que o Doutor Macário Correia decidiu e bem demolir na Arrábida, deveriam ter sido legalizadas. Isto para citar só um exemplo significativo de uma situação extrema, obviamente que há situações, que não precisam de ser tão extremas; todas as construções e ocupações ilegais devem ser identificadas, registadas e avaliadas. Pode haver situações de perigo iminente por deficiência de projecto, por não existência deste ou por não conformidade entre a construção e o projecto ou por má construção, daí o imperativo de se obter o projecto de execução para as edificações a legalizar e as que não forem para legalizar, essas, na realidade, tem que se tomar outras medidas.-----

-----Fechar os olhos a estas situações, será condenar à sua sorte quem habitar no momento ou no futuro nestas construções.-----

-----Meus Senhores, de tudo o que foi acima dito e muito mais havia a referir, a lista de situações de escassa relevância urbanística proposta neste Regulamento para as quais a Câmara entende dispensável a apresentação de projecto de execução, não é aceitável. Também não se pode definir quais as situações em que se deve prescindir da apresentação do projecto de execução sem se ter pareceres de profissionais intervenientes no acto de construir. Aqui faço notar que o documento apresentado parece ter sido preparado pelos Serviços Jurídicos da Câmara, não havendo nem pareceres e nem informações dos Serviços Técnicos da Câmara. Provavelmente existem, mas não nos foram apresentados.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores não se pode tomar uma medida política sob

questões iminentemente técnicas, sem ouvir as ordens dos engenheiros, dos arquitectos, das associações de engenheiros técnicos e dos urbanistas e das associações de empreiteiros da construção civil. São tudo instituições de interesse público. -----

----- Promova-se a discussão e o diálogo sobre estas questões.-----

----- Quando está em causa a segurança e a qualidade da construção, há que mobilizar a sociedade civil e não há que ter pressas. -----

----- Tenho conhecimento que o colégio da engenharia civil, da ordem dos engenheiros, está a preparar um parecer sobre este Regulamento. -----

----- Chamo a atenção que este não é um assunto que interessa apenas a um partido político, não há coincidência entre as questões, que estão em causa e as políticas deste ou daquele partido. Está em causa a segurança e a qualidade de vida dos munícipes, o que é inquestionavelmente uma preocupação de todos nós. -----

----- Não aprovar este Regulamento e contribuir para aprovar um regulamento que sirva os interesses de todos os munícipes, será uma vitória para a democracia.-----

----- Por tudo isto, o voto da Bancada do PS será contra a presente proposta de Regulamento sobre suspensão de projectos de execução, a não ser que a Câmara Municipal retire a proposta face ao que foi acima referido. Tenho dito. Obrigado”.-----

----- **Sr. António Joaquim Moreira (J.F. Linda a Velha)** -----

----- O Senhor Deputado António Joaquim Moreira disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu estou perplexo. Eu estava convencido, que estava numa Assembleia Municipal a discutir assuntos políticos, mas não. Pelos vistos, estamos aqui a discutir assuntos técnicos e os assuntos técnicos, na minha forma de estar na vida, devem ser discutidos pelos técnicos, que são os responsáveis, são as entidades responsáveis por qualquer acção técnica e não somos nós que temos a capacidade e a passagem do atestado aos técnicos virem para aqui discutir assuntos técnicos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Acho que, de facto, o Partido Socialista excedeu a sua intervenção. Não posso, de forma alguma, estar de acordo com ela, na medida porém de que o Regulamento é para ser cumprido e é politicamente que se tem discutir e não tecnicamente. Muito obrigado”-----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado. O Senhor Deputado Luís Sousa quer intervir também, é? Então faça favor, mas peço-lhe que seja breve. Porque, julgo que é importante que a Câmara dê aqui alguns esclarecimentos.-----

-----Também acho que é melhor, porque eu, sinceramente, acho que há aqui um bocadinho de confusão relativamente às coisas, sem prejuízo das questões levantadas serem pertinentes. Mas, julgo que há aqui alguma explicação, que talvez fosse útil da parte da Câmara.-

-----Senhora Presidente da Câmara tenha a bondade”. -----

----- **Sra. Presidente da C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

-----E, se me permite, depois passaria aqui ao Senhor Vice-Presidente, dado que é engenheiro ainda por cima melhor do que eu explicará esta situação, mas dizer só o seguinte: ----

-----Este Regulamento, como sabem, esteve em inquérito público, não teve qualquer posição do público relativamente a esta matéria. Portanto, não houve, digamos assim, contributos para este processo.-----

-----Dizer também para que fique esclarecido, isto foi pensado por técnicos, engenheiros e arquitectos, provavelmente até colegas do Senhor Deputado. Não sei qual é a sua formação, mas apercebi-me, que realmente tinha uma formação mais específica nessa matéria, portanto não foi por juristas, de facto. Os juristas depois deram-lhe uma forma jurídica apenas, mas foi pensado por colegas seus, certamente.-----

----- De qualquer forma, julgo que há aqui alguma confusão entre a parte de licenciamento e depois uma outra parte de todo o processo e que tem a ver com o projecto em si, no sentido de simplificarmos e de interpretarmos aquilo que consideramos a escassa relevância urbanística. Mas é exactamente aqui, Senhor Presidente, se me permite, passava aqui ao Senhor Vice-Presidente, dada a formação académica dele mais facilmente até explicará”.-----

----- **Sr. Vice-Presidente da C.M.O. – Sr. Vereador José Arménio Lopes Neno** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O., Senhor Vereador José Arménio Lopes Neno deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Boa tarde a todos, em primeiro lugar. -----

----- O Senhor Deputado, penso que fez aqui, alguma confusão, houve aqui alguma troca, julgo eu, dos conceitos e da realidade de hoje, actual, no Concelho. -----

----- Um projecto de licenciamento e o licenciamento obriga a todas as construções. Um projecto de licenciamento é obrigatório por Lei, além de tudo aquilo que leva ao licenciamento. Em si um projecto de licenciamento de uma moradia é obrigatório por Lei; a apresentação do projecto de arquitectura, o estudo global da arquitectura, o projecto de estabilidade, águas, telefones, esgotos, isolamento acústico. São novos projectos de especialidade e isso é mantido. -

----- O projecto de execução, a única coisa que faz, é uma pormenorização, que hoje não é apresentada nos projectos de licenciamento. -----

----- Naturalmente, o Senhor Deputado há-de compreender que em pequenos casos, em pequenas construções de relevância urbanística, como disse, naturalmente que uma moradia tem relevância urbanística. Agora, em termos do projecto de execução, porque é uma construção que não ultrapassa os trezentos e cinquenta metros quadrados, naturalmente que essa pormenorização pode ser dispensável. O que nós iremos obrigar, era naturalmente e o Senhor Deputado Pinto Ferreira também é arquitecto e também saberá destas situações, é que naturalmente iríamos ainda burocratizar muito mais ou iríamos obrigar a que os projectistas tivessem detalhe naquilo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não nos pareceu, e, digo a nível discutido, a nível do corpo técnico da Câmara, que não são tão poucos quanto isso, que temos entre arquitectos e engenheiros, que nos pareceu essa situação, portanto, para pequenas construções. -----

-----Agora, não dispensa, de maneira nenhuma, estudos de alçados, não dispensa os estudos de enquadramento geral e portanto, o projecto de arquitectura é como é hoje apresentado. -----

-----Naturalmente que isto tem a ver com grandes projectos de construção e que tem a ver com pormenorizações, que muitas vezes..., e esta situação, como sabe, vou um pouco mais além; eu, ainda hoje de manhã, estive na Ordem dos Engenheiros e um dos temas foi este em que se discutia..., e isto tem a ver, fundamentalmente, com grandes áreas de construção, nomeadamente com a compatibilidade dos projectos e com os projectistas, o director de projecto, que geralmente é um arquitecto, fazer a compatibilidade dos projectos todos, que muitas vezes não é feita e por isso é que se chama o projecto de execução. É depois porque faz o projecto de arquitectura e depois vem o engenheiro faz o projecto de estabilidade, águas, esgotos e depois vem o AVAC, ares condicionados, etc., etc.”. -----

-----E depois, muitas vezes, o que acontece, é que se não é feito o projecto de execução e tudo isso é compatibilizado, temos problemas em obras e isso acarreta custos acrescidos. É mais para esse tipo de situações. -----

-----Ora, numa moradia com trezentos e cinquenta metros quadrados, como saberá, o grau de complexidade para essas soluções, não é com certeza com um edifício em que tenha dez pisos, não é? Ou que tenha cinco e que seja uma grande edifício de escritórios, por exemplo. Está a ver? A diferença é essa. Agora, os projectos de arquitectura e aqui estão todos inerentes, todos, digamos, em termos de sapiência, aquilo que a Lei obriga, estão aqui todos revistos. -----

-----Também lhe queria referir que nesta situação que, por exemplo, os projectos de legalização, eu acho que era um absurdo obrigar a um projecto de execução e sabe porquê,

Senhor Deputado? Vou-lhe dar o exemplo, que todos conhecem aqui, por exemplo, o Bairro do Casal das Chocas, que é um bairro de génese ilegal, onde se fazem projectos de legalizações; primeiro tem que se fazer, digamos, o loteamento, depois da fase do loteamento, há algumas infraestruturas e depois fazem legalizações de casas já construídas. Ora, obrigarmos a um projecto de execução, que é para salvaguardar a boa execução da obra dum coisa, que já está feita há não sei quantos anos! Acho que era um peso desnecessário até para essas famílias que querem legalizar! É isto, que queria referir”.

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou o seguinte: -----

----- “Julgo que foi esclarecido. -----

----- Se me permitissem, porque eu também estava a ouvir a intervenção ali, do Senhor Deputado e também estava a ficar com algumas dúvidas. -----

----- Estava aqui a comentar, que eu julgo que é um bocadinho de confusão e portanto, julgo que este esclarecimento foi útil, porque todos estamos interessados em que as coisas corram da melhor maneira. -----

----- No fundo, se me permitem fazer uma síntese, em termos de informação para todos, independentemente das opiniões, que depois cada um possa ter, é que, de facto, há uma diferença entre licenciamento e depois o projecto de execução. Isto para as pessoas, que estão menos dentro das matérias, porque há aquelas que conhecem por dever de ofício melhor. -----

----- O licenciamento é obrigatório para toda a gente e para qualquer tipo de projecto. Portanto, não é com isto que alguém fica isento. E o licenciamento tem aquelas componentes todas, um conjunto de projectos, que o Senhor Vereador Neno aqui acabou de referir. -----

----- Depois há o projecto..., aprovada uma obra, aprovado um determinado licenciamento há o projecto de execução, que é uma pormenorização, chamemos-lhe assim, digamos, dos projectos apresentados e é aqui que há uma Lei de dois mil e um, que permite que nalguns casos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como referiu, de escassa relevância urbanística... Este projecto de execução não é o licenciamento. O licenciamento é sempre obrigatório. Este projecto de execução possa ser dispensado. Qual é o objectivo da Lei? Lendo a Lei, o objectivo é este:-----

-----É facilitar a vida às pessoas. Retirar carga burocrata às pessoas, naqueles casos e naquelas situações em que os projectos apresentados ao abrigo do licenciamento, já se consideram, digamos assim, suficientes. -----

-----Portanto, julgo que pode ser visto até como uma medida simplificadora e facilitadora da vida das pessoas. Porque, julgo que é esta parte que foi aqui esclarecida, o projecto de licenciamento é, é uma coisa diferente”.-----

----- **Sr. António Cabral (PS)** -----

-----O Senhor Deputado António Cabral disse o seguinte: -----

-----“Julgo que não há confusão nenhuma. A confusão está a ser lançada, mas não há confusão nenhuma. -----

-----A minha formação sou engenheiro civil, fui colega do Engenheiro Neno. Somos os dois do mesmo curso e aprendemos os dois da mesma maneira. -----

-----Um projecto de execução é um projecto de execução. É sempre um projecto de execução. Estamos a falar, estamos estado a falar sempre de projectos de execução, não estamos a falar de projecto de licenciamento.-----

-----De qualquer maneira, devo referir que, o facto de as Câmaras aceitarem projectos de licenciamento e depois dizerem que as especialidades ocupem a parte de execução, não é um projecto de execução, é um artifício de que às vezes as Câmaras usam, porque o projecto de licenciamento deveria ser imediatamente um projecto de execução. Essa é uma questão, mas a gente não está a discutir isto. A gente não está a discutir isto. O que estamos a discutir, é o projecto de execução. O projecto de execução é um projecto onde estão pormenorizadas todas as secções, só para a Assembleia perceber melhor, por exemplo: quando eu quero realizar um pilar,

eu defino num pilar qual é a sua secção, não só estão definidas as dimensões, mas a quantidade de betão, o tipo de betão, o tipo de aço, quantidade de aço. Isso está ali definido. Isso tem que estar definido. Tem que estar justificado. Não pode estar, digamos, no ar. Isto tem que estar claríssimo. Um empreiteiro não pode começar a fazer uma obra, sem saber isso. -----

----- A Câmara não pode deixar de fiscalizar as obras para ver, se está a ser cumprido com o projecto de execução. Ou seja, se está a cumprir com a qualidade do betão, se está a utilizar o ferro adequado. E as Câmaras devem fiscalizar, devem de estar presentes nas situações de betonagem.-----

----- Não vou entrar em grandes pormenores.-----

----- Nós estamos na mesma escola e não há aqui dúvida nenhuma.-----

----- O projecto de execução é o que permite começar uma obra.-----

----- Não se pode começar uma obra sem projecto de execução. Quando permite, está-se a funcionar mal. A gente quer funcionar bem ou quer funcionar mal? Queremos promover boa construção com qualidade ou a má construção?-----

----- Eu não estou, aqui assim, a fazer confusões absolutamente nenhuma! Não há aqui absolutamente confusão nenhuma.-----

----- Poderia ir mais longe, mas não vou. Basta isto!-----

----- Só para dizer uma questão:-----

----- O Senhor Vereador Neno referiu apenas a questão das moradias de trezentos e cinquenta metros quadrados, mas há as questões das alterações, que referi aqui, de reestruturar o interior de um edifício e há as questões, que se ligam com a arquitectura, que é fazer apêndices acrescentes e que tem a ver com aquilo que aconteceu ontem”.-----

----- Pronto é só isso. E acho que nós temos todos de saber”.-----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Já percebemos o seu ponto de vista. -----

-----Mas deixe-me só acrescentar o seguinte: -----

-----Compreendo o seu ponto de vista. -----

-----Por acaso tem uma opinião um bocadinho diferente, mas compreendo. Não sou, é técnico. --- -----

-----Agora, fala o jurista. Também devem servir, de vez em quando, para alguma coisa. Os juristas, embora os economistas e os engenheiros sejam mais importantes. -----

-----Quer dizer, por alguma razão a Lei, esta Lei de dois mil e um, admitiu a hipótese de as Câmaras terem excepções ao regime geral, ou seja, para as pequenas coisas, chamemos-lhe assim. Não é isenção para o licenciamento, mas é para os projectos de execução. E, qual é esse objectivo? Até foi uma Lei feita por um governo a que não pertenci, que eu até queria derrubar. Mas compreendo. Esta parte de humor, que peço, que ninguém fique mal disposto com isto. Mas, o que é este objectivo? Permita-me só, porque eu compreendo o seu ponto de vista e tecnicamente não vou discutir consigo. Mas é um outro objectivo, que é: em questões urbanísticas que são de, digamos assim, escassa relevância urbanística, obras pequenas, chamemos-lhe assim, para todos percebermos um bocadinho melhor, é facilitar a vida às pessoas, que já têm que apresentar o projecto “x”, “y”, “z” e tudo isso e depois ainda um projecto de execução. -----

-----Sinceramente, acho que isso facilita. Às tantas não leve a mal. Não leve a mal este comentário, que vou fazer: às tantas, os engenheiros gostam de ter sempre, cada vez mais, projectos, porque dessa forma, apesar de tudo, têm a sua vidinha um bocadinho mais garantida. Não é ofensa para ninguém”. -----

----- **Sr. António Cabral (PS)** -----

-----O Senhor Deputado António Cabral interveio para dizer o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, é assim: -----

----- Gasta-se um “x” de dinheiro no projecto para se poupar dez vezes mais nos erros de construção e isso aqui ninguém pode dizer que não. Isso é verdade!-----

----- Se não houver o projecto, os erros estão feitos”.-----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o seguinte:-----

----- “Estão explicadas as coisas. Tive, sobretudo, uma preocupação há bocadinho. Porque, eu cumprimento-o pela sua intervenção, porque estudou o assunto, e, uma coisa é uma pessoa discordar, outra coisa é não deixar de saudar quem fez o seu trabalho de casa.-----

----- A minha preocupação foi; que gosto das coisas sempre todas esclarecidas. Foi que fosse dada, aqui, os esclarecimentos todos para quem, em função dos esclarecimentos, quem concorda, concorda, quem discorda, discorda. Julgo que esta discussão foi útil e que todos os intervenientes tiveram um contributo útil para que agora se possa decidir à vontade.-----

----- Posto isto, o Senhor Deputado Luís Sousa ainda queria intervir, não era? Faz favor”.

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Mais uma vez a Bancada do P.S. traz a esta Assembleia factos concretos e claros e é esta a posição que o P.S. tem que manter e mantém nesta Assembleia.-----

----- Tudo, o que foi feito e que foi dito pela Bancada do P.S. são factos objectivos, claros e evidentes, baseados em estudos técnicos e em técnicos.-----

----- Porque, o que gostava de dizer sobre isto, é que está em causa mais do que aquilo que querem parecer.-----

----- O Governo do P.S., quando faz esta Lei, obviamente faz com o intuito de desburocratizar toda a situação. Mas o Governo do P.S. não diz quais são os princípios de pequena relevância ou obras de pequena relevância. A Câmara Municipal de Oeiras é que nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

está a dizer quais é que quer que sejam, neste momento.-----

-----Que fique bem claro, que no Diploma que foi aprovado em dois mil e um pelo Governo do Partido Socialista liderado pelo Engenheiro António Guterres não estava escrito, quais são os elementos de pequena relevância. Que fique bem claro sobre isto! -----

-----Isto são factos, neste momento, objectivos e o que nós, neste momento, estamos a querer e estamos a dizer que estamos contra muito claramente é sobre os pontos, que a Câmara Municipal quer pôr no Regulamento. Isto que fique bem claro. E porquê? Por três razões muito simples: --- -----

-----Além de todos os elementos técnicos e tudo o que tecnicamente foi dito pelo meu Camarada de Bancada, que está perfeitamente claro e que todos nós entendemos e, possivelmente o Engenheiro Neno melhor que todos nós, não é? Mas, a atitude política que fique com quem a tem.-----

-----Mas, o que está em causa, na nossa opinião, é o ponto de vista urbanístico deste Concelho, que é considerado e vocês o consideram uma referência do ponto de vista urbanístico deste País e está em causa, neste momento, toda a parte urbanística e todos os atentados, que podem ser feitos urbanisticamente neste Concelho. -----

-----Está em causa a segurança dos prédios e das pessoas. E, foi referido muito claramente. Se nós, dentro de casa, quisermos tirar uma coluna central de um prédio para aumentarmos a nossa sala, fazemos! E a Câmara não tem nada a ver com isso, nem o vê.-----

-----Portanto, isto é que é importante.-----

-----Gostava só para terminar que está em causa a segurança, segundo e está em causa, finalmente, a qualidade e sem isto Vossas Excelências querem continuar para o Concelho, de facto, estão no mau caminho. -----

-----Por essa razão, a Bancada do P.S. vai votar contra e vai votar contra esta proposta ou caso a Câmara Municipal queira retirar esta proposta”. -----

----- **Sr. Presidente da A.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado já percebemos. -----

----- São vários Senhores Deputados a intervir. Pediria serem rapidíssimos, por favor. Porque já está tudo esclarecido. -----

----- A partir de agora, cada um tem a opinião que tem. Mas, já está tudo esclarecido”.-----

----- **Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** -----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Eu temo que ainda não esteja tudo esclarecido e que haja aqui uma grande confusão.

----- A Câmara não está a dispensar, nem pouco mais ou menos, a apresentação de projecto. Isto é, continua a ser necessário a apresentar o projecto de arquitectura, o projecto de cálculos de estabilidade... **(Mudança de Cassete)**...de execução de vãos, por exemplo, de interiores e exteriores, do tipo de acabamento de algumas situações, da montagem de cozinhas ou de casas de banho, são dispensados, isto é, está a atirar para o técnico responsável pela obra, porque ele tem que ser responsável pela obra, essas coisas, está a desburocratizar e a dar mais responsabilidade aos técnicos que são responsáveis das obras, uma vez por todas deviam de ser responsabilizados pelas obras que têm a seu cargo. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Eduardo Neno (J.F. Oeiras)** -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Neno fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de responder ao colega, somos colegas, também sou Engenheiro Civil, e, portanto, complementar a resposta do Senhor Salvador Martins, porque nós, o técnico como engenheiro deve saber que o engenheiro responsável de uma obra é responsável pela execução da obra. Portanto, quando o colega diz que existe um pilar que no projecto tem um corte e não sabe que betão há-de lá pôr, o colega como técnico responsável da obra deve saber que tem que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

executar o projecto aprovado de licenciamento. Qualquer projecto de estabilidade tem que ter o pormenor.” -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Eu, só para introduzir uma nota de humor, fiquei muito satisfeito porque pensei que eram só os advogados que discutiam mas já vi engenheiros a discutirem.-----

-----Mas tirando esse aspecto, queria só dizer o seguinte:-----

-----Obviamente que não vou entrar em questões técnicas, porque não percebo rigorosamente nada disto.-----

-----Queria só deixar claro duas questões:-----

-----Primeiro: foi dito aqui pelo Senhor Vereador que toda esta questão foi tratada pelos técnicos da Câmara, arquitectos, engenheiros e todos aqueles responsáveis que, certamente, ponderaram as vantagens desta situação.-----

-----Em segundo lugar, essas reuniões terão sido, seguramente, e, todos esses conhecimentos técnicos levados ao conhecimento da Câmara. Qual é o resultado desse conhecimento, é que nós temos uma deliberação que é trazida a esta Assembleia e que foi aprovada por unanimidade, ou seja, todos os Senhores Vereadores de todas as Forças Políticas representadas na Câmara, depois de ouvirem os técnicos entenderam, efectivamente, dar o seu voto favorável a esta proposta. Portanto, penso que não há razões, de facto, para duvidar que tudo isto é feito no sentido de melhorar as condições, de desburocratizar, conforme agora se diz regularmente, e, portanto, entendemos que esta proposta deve passar nesta Assembleia. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

-----“Obrigado também Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado agora acabou a discussão, tenha paciência, em democracia é isto mesmo, nenhum de nós tem a verdade absoluta, tem uma opinião. Senhor Deputado vai ter que se habituar, desculpará a expressão, ao seguinte: o Senhor já interveio duas vezes e até já lhe fiz um elogio, estudou o assunto, mesmo quando a pessoa discorda mas quando a pessoa faz um esforço para estudar o assunto deve ser louvado. Agora, há pessoas que têm opiniões diferentes, respeitemos as opiniões diferentes. Não se pode invocar, apenas, a democracia quando as opiniões são a nosso favor, também quando são contra, é assim, às vezes custa um bocadinho mas é assim.-----

----- E se me permitem, aqui, deixem-me dizer só o seguinte:-----

----- Não sou técnico desta matéria mas quero dizer o seguinte: foi visto na Câmara, nos serviços da Câmara...”-----

----- **O Senhor Deputado António Lopes Cabral (PS)** interrompeu e disse o seguinte: --

----- “Não, não está nada provado no processo. Desculpe mas no processo não há rigorosamente...”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** recomeçou e disse o seguinte: -----

----- “...Já foi aqui tecnicamente explicado, pode-se é discordar. Foi, depois, visto pelos Senhores Vereadores, teve um período de discussão pública de trinta dias, não houve nenhuma reclamação e depois quero só acrescentar o seguinte:-----

----- Eu gostava mesmo que nesta Assembleia, como na Assembleia da República, no Governo e em todos os sítios houvesse mais palavras a defender o combate à burocracia porque acho que os cidadãos já pagam demais pelo “raio” da burocracia dos serviços públicos. -----

----- No Governo que eu pertenço, gostava que houvesse mais essa preocupação, na Assembleia da República e em todo o lado porque, de facto, é um calvário para os cidadãos, às vezes em pequenas coisas...”-----

----- **O Senhor Deputado António Lopes Cabral (PS)** respondeu o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Desburocratizar totalmente é anarquizar o sistema, é isso que eu quero dizer. Não digo mais nada.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** continuou e disse o seguinte:-----

-----“É só para dizer que acho que as preocupações de segurança, de arquitectura já foram aqui vistas, estão salvaguardadas. -----

-----Mas acho que se devia invocar mais, tenho muita consideração pelos engenheiros, pelos arquitectos, pelos economistas e até pelos juristas a que pertenço, mas acho que normalmente nós esquecemo-nos do cidadão, o cidadão que às vezes para pequenas coisas tem que gastar uma fortuna só para pormenorizar coisas que já lá estão quase em duplicado. -----

-----Sinceramente, na minha qualidade de responsável tento-me sempre colocar na perspectiva do cidadão, o cidadão, porque acho que o cidadão é normalmente triturado pela máquina administrativa de um Estado ou de um Estado Local. E, portanto, cada um tem a sua opinião e em democracia é assim, depois de explicar as opiniões vota-se. -----

-----Senhor Deputado o Senhor vota contra e, portanto, já fica isento dessa responsabilidade, tão simples assim não posso fazer mais. Só posso ajudar dando o meu contributo para esclarecer, não posso fazer mais. -----

-----Está tudo dito, até foi uma discussão muito interessante, quero felicitar todos os intervenientes. -----

-----Senhores Deputados vamos passar à votação. -----

-----Senhor Deputado mas o Senhor vota, peço desculpa, em democracia vota-se. Primeiro há um tempo para debater e há um tempo para decidir. Agora é o tempo para decidir. O Senhor se quiser vota contra mas vota. Senhor Deputado o Senhor Vereador Neno já esclareceu.

-----Desculpará mas a partir de agora é assim, tenha paciência. Se há aspectos demasiado técnicos entre dois engenheiros, a grande maioria também tem direito a participar. Depois os Senhores engenheiros reúnem-se ali numa salinha, empresto-lhes o meu gabinete e esclarecem

essas questões técnicas em definitivo.” -----

### **5.5.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias da Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), três da CDU (José Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um do CDS/PP (Paulo Henrique de Miranda) e nove votos contra sendo oito do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral) e um do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

### **----- DELIBERAÇÃO N.º 34/2003 -----**

**PROPOSTA C.M.O. N.º 1059/03 – REGULAMENTO SOBRE DISPENSA DE PROJECTOS DE EXECUÇÃO, PARA EFEITOS DO PREVISTO NO N.º 4 DO ART.º 80 DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO NA REDACÇÃO INTRODUZIDA PELO DECRETO-LEI N.º 177/01, DE 4 DE JUNHO.** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e cinquenta e nove barra zero três, a que se refere a deliberação número setenta e quatro da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e três de Julho último e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e nove votos contra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sendo oito do Partido Socialista e um do Bloco de Esquerda, aprovar o Regulamento sobre dispensa de Projectos de Execução, para efeitos do previsto no número quatro do artigo octogésimo do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra zero um, de quatro de Junho, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

### **5.5.1.1. Sr. Luís Pereira Sousa (PS) – Declaração de Voto -----**

----- O Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “A bancada do PS vota contra esta proposta e muito claramente nós fizemos aquilo que nos era exigido. Alertámos esta Assembleia para os factos que achamos graves desta proposta, se algo vier a acontecer de errado estamos perfeitamente de consciência tranquila, quem aprovou este documento vai ser responsabilizado pelo facto e estamos perfeitamente tranquilos. Fizemos aquilo que tecnicamente e conscientemente achámos que devíamos fazer, por essa razão votámos contra.” -----

### **5.5.1.2. Sr.ª Ângela Leite (PSD) – Declaração de Voto -----**

----- A Senhora Deputada Ângela Leite fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei a favor, a certa altura estava convencida de que me ia abster, porque achei que as observações do Senhor Deputado do PS faziam algum sentido na minha cabeça ignorante de professora de filosofia e de pessoa que tem uma certa experiência de viver com vizinhos e de assistir a obras, etc. -----

----- Depois a intervenção do meu companheiro Salvador Costeira fez com que eu achasse que deveria votar a favor. No entanto, quero dizer que votei a favor utilizando o princípio da

autoridade, isto é, delegando, eu tenho no fundo algumas dúvidas, mas parto do princípio que as pessoas que elaboraram este documento e o acharam bom têm competência técnica suficiente para o fazer. -----

----- Portanto, é nesse sentido que eu voto a favor, utilizando o princípio da autoridade e delegando interiormente, em consciência.” -----

#### **5.5.1.3. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – Declaração de Voto -----**

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a declaração de voto: -----

----- “A bancada da CDU votou favoravelmente esta proposta porque a sua análise baseou-se na desburocratização da apreciação de processos versus relevância urbanística e qualidade construtiva.-----

----- Pondo nos pratos de uma balança a quantidade de papéis que, efectivamente, são necessários para resolver qualquer processo e no outro a relevância urbanística, eu refiro apenas como exemplo a torre sineira da igreja de São Miguel em Queijas, é um projecto de relevância urbanística, que tem menos de cem metros quadrados, muito menos. Mas, o quiosque do Tivoli também é um objecto de relevância urbanística e está muito longe dos cem metros quadrados, o bebedouro do Rossio é uma peça de equipamento que tem relevância urbanística e também está muito longe dos cem metros quadrados, aliás o bebedouro público, a torre do relógio na Ajuda é um marco urbanístico também não tem cem metros quadrados.-----

----- Efectivamente o projecto de execução concretiza, pormenoriza não só os materiais que são utilizados em determinada construção como também os processos construtivos utilizados. Agora, temos que por no outro prato da balança se, efectivamente, uma moradia com trezentos e cinquenta metros quadrados pode ou não ter relevância urbanística, eu concordo com o António Cabral quando diz que, por exemplo, uma moradia de cento e cinquenta metros quadrados pode ter relevância urbanística, mas estamos a tratar de casos gerais não estamos a tratar de casos pontuais. Em termos de generalidade não nos pareceu que o apresentado pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Executivo não tivesse sido devidamente ponderado, não tivesse sido devidamente estudado, e, daí a nossa concordância.-----

-----Por outro lado é bom não esquecer que o processo de licenciamento é uma coisa e no processo de licenciamento temos não só o projecto de arquitectura mas o projecto de todas as especialidades, incluindo estruturas, águas e esgotos, electricidade, telefones, etc., e, o projecto de execução é, no fundo, a pormenorização do projecto de licenciamento. É tudo, muito obrigado.”-----

### **5.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 917/03 relativa ao Proc.º OCP N.º 1229/62 – Desafecção do Domínio Público e Integração no Domínio Privado do Município de uma Parcela de terreno situada em Porto Salvo – Ofício N.º 43542 – 03.09.15 -----**

-----**Deliberação N.º 35/2003 da A.M.** -----

-----**Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)**-----

-----O Senhor Deputado Salvador Costeira disse o seguinte:-----

-----“Trata-se de uma situação que a Câmara quer ver perfeitamente corrigida e esclarecida, e, como se fez uma obra em Porto Salvo que não é demais salientar, que foi a box da paragem de autocarros junto aos correios. Trata-se de uma permuta de terrenos em que entrou no domínio uma determinada área e no domínio privado uma outra área, isto é uma situação perfeitamente correcta, no local pode-se verificar que assim é. E, portanto, é mais do que lógico para votarmos a favor. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

-----Estamos perante uma proposta que, neste caso, apesar de ser uma formalização de algo feito em relação à cedência do espaço para a construção da box dos autocarros, mas aqui é uma questão de acerto entre a Câmara Municipal e a proprietária expropriada ou que cedeu o terreno para a construção da referida box. E, portanto, nada temos a opor a esta proposta. Muito

obrigado.” -----

### **5.6.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Paiva, Manuel Carvalho Teixeira, Luís Costa e Castro, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias da Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), três da CDU (José Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante.-----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

### **----- DELIBERAÇÃO N.º 35 /2003 -----**

### **PROPOSTA C.M.O. – 917/03 – PROCESSO OCP N.º 1229/62 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITUADA EM PORTO SALVO . -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e dezassete barra zero três, a que se refere a deliberação número setenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis de Junho último e deliberou por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a desafecção do domínio público e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

integração no domínio privado de uma parcela de terreno com a área de um vírgula sessenta metros quadrados, situada na Travessa do Escondidinho, no lugar e freguesia de Porto Salvo, que confronta a Norte, Sul e Poente com a Travessa do Escondidinho e a Nascente com Maria Luísa Canteiro Moreira Rosa, a qual se destina a ser permutada com a parcela de terreno com a área de quarenta vírgula vinte metros quadrados, propriedade de Maria Luísa Canteiro Moreira Rosa, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

### **5.7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1214/03 relativa ao Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro de Leião – Rectificação do Art.º 1.º – Ofício N.º 44453 – 03.09.18 --** -----

----- **Deliberação N.º 36/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** -----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente também aqui considero fundamental, até imprescindível, este regulamento, na medida em que vem colocar algumas regras importantes relativamente à situação em causa, que é o Plano de Pormenor de Leião. Nós aqui também não temos nada a opor, muito pelo contrário achamos que é de aprovar.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CDU entende que, na verdade, este regulamento do Plano de Pormenor está claro e nada temos a opor e por isso vamos votar favoravelmente esta proposta.” -----

### **5.7.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com

trinta e três votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Paiva, Manuel Carvalho Teixeira, Luís Costa e Castro, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias da Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Luís Pereira de Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), dois da CDU (José Tavares da Cruz e Joaquim Vieira Cotas), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e uma abstenção do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 36 /2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. – 1214/03 – REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRO DE LEIÃO – RECTIFICAÇÃO DO ART.º 1.º. -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e catorze barra zero três, a que se refere a deliberação número noventa e nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em dez do mês findo e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a rectificação do artigo primeiro do Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro de Leião nos seguintes termos:-----

Um – Na epígrafe do artigo, onde se lê “Generalidades” passará a ler-se “Objecto”.-----

Dois – No corpo do artigo, onde se lê: “O presente regulamento visa estabelecer um conjunto de normas com o fim de disciplinar a execução da urbanização e garantir a imagem urbana



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pretendida para a zona” passará a ler-se “O presente regulamento visa estabelecer um conjunto de normas com o fim de disciplinar a execução da urbanização do Bairro de Leião e garantir a imagem urbana pretendida para a zona”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

**5.8. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1262/03 relativa à Permuta da parte do Art.º 805 pelo Lote 10 do Loteamento Denominado “Fórum Oeiras entre a Masterroof, Ld.ª e a C.M.O: - Ofício N.º 44456 – 03.09.18 -----**

----- **Deliberação N.º 37/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados como estes dois últimos pontos foram rápidos, julgo que podemos fazer mais um esforço, que ainda por cima estou convencido que Vossas Excelências vão aprovar por unanimidade, é minha intuição.”-----

----- **Sr. Luís Pereira de Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa disse o seguinte: -----

----- Senhor Presidente acho que, são vinte e cinco para as oito, temos público, gostaríamos, como tem sido hábito nesta Assembleia, de dar a palavra ao público. Penso que se fizermos mais dois pontos.”-----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “E darei. Vamos ao ponto oito, se o ponto oito for simples fá-lo-emos se o ponto oito não for simples nós adiá-lo-emos. -----

----- O **Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Eu penso que não será assim tão simples, Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** continuou e referiu o seguinte: -----

----- “Quero eu dizer que se for simples, estou convencido que é simples pela informação que disponho aqui, já lá iremos ver. -----

----- Quem deseja intervir sobre o ponto oito? -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos em presença de uma proposta que está bem fundamentada, estão explícitos os fundamentos desta proposta. A questão que se nos poderá colocar é porque motivo a Câmara Municipal contabiliza na parte do artigo oitocentos e cinco, porque motivo é que vai adquirir aquela parte que é via pública, que deveria estar integrada já no projecto de loteamento do fórum de Oeiras. -----

----- De resto pensamos que, efectivamente, as coisas estão bem claras, estão precisas, e, portanto, estamos de acordo com a proposta.” -----

### **5.8.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e dois do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Paiva, Manuel Carvalho Teixeira, Luís Costa e Castro, Carlos Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António Dias da Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete Oliveira, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira), três da CDU ( José Tavares da Cruz, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e nove abstenções sendo oito do PS (Luís Pereira de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Sousa, Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral) e uma do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante.--

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 37 /2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. – 1262/03 – PERMUTA DE PARTE DO ART.º 805, PELO LOTE 10 DO LOTEAMENTO DENOMINADO “FÓRUM OEIRAS” ENTRE A MASTEROOF, LD.ª E A C.M.O.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e sessenta e dois barra zero três, a que se refere a deliberação número cento e quarenta e sete da reunião da Câmara Municipal, realizada em dez do mês findo e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e dois do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e nove abstenções sendo oito do Partido Socialista e uma do Bloco de Esquerda, aprovar a permuta de parte do artigo oitocentos e cinco, com a área de mil quatrocentos e vinte e oito metros quadrados, pelo lote dez do loteamento denominado “Fórum Oeiras” entre a Masteroof, Utilidades, Equipamento e Investimentos Imobiliários, Limitada e a Câmara Municipal de Oeiras, aos valores actualizados do ano de dois mil e três. O lote dez vale quinhentos e cinco mil duzentos e dois euros e sessenta e nove cêntimos e o terreno da Masteroof vale cento e noventa e um mil cento e setenta e seis euros e setenta e sete cêntimos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

**6. Sr. Presidente**-----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Agora vem a seguinte questão:-----

----- O ponto seguinte é da iniciativa do Bloco de Esquerda, o ponto nove. Deseja tratá-lo ainda hoje ou noutra reunião? Se ficar para a próxima reunião será o primeiro ponto da próxima reunião senão será feito hoje. Como hoje tem havido votações desencontradas, não sei se...-----

----- Antes de entrar na questão, só saber se querem tratar ainda este ponto nove, ponto da iniciativa do Bloco de Esquerda ou se não querem. Se quiserem eu dou a palavra em primeiro lugar ao Bloco de Esquerda para apresentar, que é assim que é correcto.”-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** perguntou o seguinte: -----

----- “Quando é que será a próxima Assembleia?-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “Para a semana, eventualmente.” -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** referiu o seguinte: -----

----- “Eu penso que o ponto nove é demasiado sério para podermos tratá-lo em tão pouco tempo, dada a hora a que nós estamos.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Acho que as coisa acabam por acontecer no bom sentido porque a nossa bancada quando olhou para esta convocatória pensou que viríamos discutir o Bloco de Esquerda, normalmente numa agenda deve-se colocar nos pontos em agenda o agendado e não o agendador. Era uma sugestão Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado escusa de continuar. O que estamos aqui a tratar neste momento apenas, tenha paciência, o que estamos aqui apenas a tratar é de fazer este ponto ainda hoje ou fazer na próxima reunião.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** disse o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Com certeza, mas se for para a semana que fosse colocado na convocatória o conteúdo...”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado vou-lhe dizer o seguinte:-----

-----A convocatória está certíssima porque em anexo à convocatória foi distribuído o requerimento do Bloco de Esquerda, e, portanto, o Senhor Deputado sabe ler e teve tempo para ler. Ao ler a convocatória leu o documento anexo do Bloco de Esquerda e ficou conhecedor da matéria.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (PS)** disse o seguinte:-----

-----“E em relação ao público.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----Senhor Deputado é assim: a partir de agora o que quero, o que estou a perguntar aos partidos é o seguinte:-----

-----Querem tratar o ponto nove ou não querem? E, portanto, não vamos misturar as coisas. Por mim, já disse, ou continuo ou adio. Portanto, se quiserem suspender aqui, será o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos de hoje a oito dias ou veremos já a data.-----

-----O Bloco de Esquerda pretende o adiamento, a continuação. O PCP também, o Partido Socialista também...”-----

-----O **Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente só gostava de lhe dizer e gostava de me insurgir da forma como falou com um camarada da minha bancada.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“E eu gostava de me insurgir relativamente à forma como o Deputado da sua bancada colocou uma questão, que não faz nenhum sentido.-----

-----O PSD também o adiamento...”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte:-----

----- “O PSD tem todo o gosto em discutir aquilo que deve ser discutido. Também entendemos que esta Assembleia deve trabalhar, é para isso que nós estamos aqui. Portanto, se, de facto, as restantes forças políticas entendem que neste momento, e são dezanove e quarenta e cinco, não têm condições para continuar os Trabalhos, nós não nos opomos. Mas, deixamos claros que estamos dispostos a continuar os Trabalhos. Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados nós vamos, então, suspender aqui os nossos Trabalhos.-----

----- Temos que acertar a data da continuação da reunião. Portanto, a reunião seria suspensa e continuaria de hoje a oito dias. Se estiverem de acordo continuaríamos de hoje a oito dias, terça-feira.-----

----- Senhores Deputados, portanto, é de hoje a oito dias, dia sete às quinze horas. Todos de acordo? Sim senhor.”-----

## **7. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

### **7.1. Dona Maria Isabel Vasconcelos – Moradora em Talaíde -----**

----- A Senhora Dona Maria Isabel Vasconcelos moradora na Estrada de Talaíde, número cento e quatro em Talaíde fez a seguinte intervenção:-----

----- “A intervenção que eu vou fazer aqui hoje para alguns já vai ser repetitiva porque eu já fiz esta mesma intervenção na última sessão da Câmara Municipal, mas como são Órgãos diferentes decidi também fazê-la aqui, portanto, para os Senhores Deputados da Assembleia. ----

----- É sobre o alvará de loteamento seiscentos e quarenta e nove PL de oitenta e sete e loteamento correspondente ao processo quatro, cinco, sete, cinco barra zero dois apenso ao duzentos e quatro barra dois mil e um. -----

----- Em mil novecentos e oitenta e sete tornei-me compradora de um terreno em Talaíde neste Concelho, de referir que o terreno era de gaveto, e, por isso foi adquirido mais caro, antes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de fazer o contrato de promessa de compra e venda vim à Câmara falar, à altura, com o Senhor Arquitecto Quaresma pois o alvará de loteamento ainda não tinha sido aprovado mas estaria para breve. O Senhor Arquitecto confirmou-me que era verdade e que seria uma questão de mais ou menos três meses. Concretizei então o contrato do terreno que tinha quatrocentos e vinte e três metros quadrados, os três meses transformaram-se em dois anos, este foi o meu primeiro prejuízo. Devido ao traçado da rua que iria passar na confrontação sul do meu terreno, em que o loteamento teve que ser alterado por imposição da própria Câmara, descendo todo ele no sentido Sul/Norte. O meu terreno que tinha então quatrocentos e vinte e três metros quadrados passou assim a ficar apenas com quatrocentos metros quadrados, este foi o meu segundo prejuízo. -----

-----Por estranho que pareça, decorridos todos estes anos, a rua nunca foi feita e mais estranho a Câmara Municipal aparece agora a projectar neste terreno, que deveria ser uma rua, uma moradia englobada e encaixada noutra projecto de loteamento, este o meu terceiro prejuízo.

-----Assim sendo, em Janeiro deste ano, fiz uma exposição à Câmara pedindo a rectificação de tal projecto pois tudo isto é incorrecto e inconcebível, ficando assim anulado o meu gaveto e todas as vantagens que dele advém. Como em Abril ainda não tinha recebido nenhuma resposta, pedi uma reunião com a Senhora Arquitecta Sandra Diogo que me mostrou uma rectificação, que era um quadrado de cinco metros quadrados na entrada da minha moradia, então já construída e segundo ela que me dava mais privacidade. Inclusive referiu-me que deveria haver equívoco da minha parte, pois o terreno referente àquela rua nunca tinha pertencido à Câmara da Oeiras. É no mínimo estranho que essa rua que consta no meu documento de pagamento de sisa e no registo da conservatória predial de Oeiras, nunca tivesse pertencido à Câmara. No diálogo que mantivemos disse-lhe que obviamente não podia aceitar tal situação, por isso decidi ainda no mesmo dia entregar um pedido escrito de audiência urgente à Senhora Presidente mas não obtive resposta até à data de hoje. Aqui tenho que fazer um parêntesis porque a Senhora Presidente na sessão já me prometeu que me ia receber.-----

----- Ainda em Abril fiz uma exposição ao Senhor Provedor de Justiça, que em Maio terá pedido esclarecimentos à Câmara de Oeiras e em Agosto ainda não tinha sido recebida na Provedoria qualquer resposta. -----

----- Em vinte de Agosto recebi pelo correio a resposta da Câmara, que foi exactamente igual àquela que me tinha sido dada pela Senhora Arquitecta Sandra Diogo em Abril, não tendo sido, portanto, levada em conta nenhuma das minhas pretensões nem salvaguardados os meus direitos. --- -----

----- Em vinte e sete de Agosto decidi então fazer outra exposição, desta vez ao IGAT e encontro-me hoje aqui para tornar público nesta Assembleia como a nossa Câmara Municipal está a tratar os assuntos, ignorando pura e simplesmente os direitos dos Munícipes, que são também cidadãos de um Estado de Direito.-----

----- Vou entregar à Mesa todos os documentos de prova relativos ao que acabo de expor e espero que após ter dado conhecimento a todos os Membros que dirigem o Município e agora a todos os Membros desta Assembleia Municipal, a situação venha a ser reanalisada e reposta a justiça a que tenho, neste caso, direito. -----

----- Portanto, solicito à Mesa que, eu vou fornecer os documentos, apense por favor à Acta. Muito obrigada.” -----

## **7.2. Dona Ermelinda Oliveira – Moradora em Barcarena -----**

----- A Senhora Ermelinda Oliveira moradora na Avenida Infante D. Henrique, 103 – 1.º Dt.º disse o seguinte:-----

----- “O assunto que trago aqui é de perfeito conhecimento da Câmara, por isso não vou pormenorizar vou simplesmente lembrar. Do conhecimento da Câmara, que estive lá no local no dia em que Tercena foi invadida por uma cheia, que toda a Câmara tem perfeito conhecimento. -

----- O problema que trago aqui é simplesmente este: a Câmara mandou vedar o passeio muito bem porque está em perigo, decorreu um mês, um mês pode ser muito pouco para a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

execução de uma obra, estamos de acordo com isso mas pode ser muito tempo para o resultado que possa vir pela falta de execução da mesma. As chuvas estão aí já, o serviço meteorológico não é nada animador nas notícias que dá em relação ao tempo e se vem outra cheia como houve há precisamente um mês, se calhar vai o resto da rua por ali abaixo com todos os prejuízos, com todos os sustos e não só a rua, continuo a lembrar a situação que se encontra aquele prédio, que continuo a dizer que é um prédio que está em risco e com mais uma ou duas deste género não sei se ele se irá aguentar, e, o prédio é o prédio mas as pessoas que moram lá dentro são seres humanos.-- -----

-----Há dias vi lá uma máquina, pensava que iam começar a reparar mas não, apenas colocaram lá uma grade e aquilo continua tudo na mesma. De forma que eu venho lembrar à Câmara a urgência que há, de facto, na reparação daquela obra.-----

-----Segundo ponto, este muito rápido. Hoje já ouvi aqui elogiar, e muito bem, o Castro de Leceia, penso que todos nós Munícipes de Oeiras estamos de parabéns com aquilo que lá existe, não só pela pesquisa, pela preservação, embelezamento, etc., só há ali uma pena que ultimamente a Câmara, quer dizer, desfeou aquilo um pouco na medida em que mandou... e que ainda hoje não compreendemos e gostaríamos até que a Câmara explicasse isso, que mandou fazer ali a entrada do portão, um muro que emparedou praticamente uma vivenda que ali há praticamente à entrada do Castro de Leceia, que o Munícipe que lá mora nem consegue utilizar a garagem. É isso que está, no fundo, a denegrir um pouco aquela beleza que ali está e que todos nós estamos de acordo. Gostaria que a Câmara explicasse porque é que aquilo foi feito, qual é a razão daquilo, penso que o morador, parece-me que se consta que ele terá vontade, inclusivamente de meter a Câmara em tribunal, não sei se é assim se não.-----

-----Para terminar os peixes mortos na Ribeira de Barcarena, a Senhora Presidente já disse que não sabe o que se passou, ninguém sabe mas eu só me admiro é como é que eles ainda existem lá e conseguem teimar resistir com aquele esgoto no mesmo sítio, junto ao mesmo

prédio, que a Senhora Presidente também esteve lá no mesmo local, aquele esgoto a correr a céu aberto, que vem de Sintra e que corre ali junto a esse prédio, há dias que é um cheiro nauseabundo, tem um aspecto que nem é para dizer e aquilo está ali há anos e a Câmara tem perfeito conhecimento disso, há muitos anos que está ali aquele esgoto a correr a céu aberto e não há forma de resolver aquele problema entre a Câmara de Oeiras e a Câmara de Sintra. È isso que também gostaríamos de ver resolvido. Muito obrigado.”-----

### **7.3. Dona Clotilde Moreira – Moradora em Algés -----**

----- A Senhora Clotilde Moreira moradora na Rua Conde Rio Maior, 14 – 6.º Esq.º Algés, disse o seguinte:-----

----- “Vinha trazer meia dúzia de coisas muito pequenas. -----

----- Uma delas é os sacos azuis na Mini Grula em Linda-a-Velha, não houve outra vez sacos azuis durante o Verão, a minha filha quer cumprir, os sacos azuis do lixo, eu se quisesse dizer outra coisa tinha dito, mas é do lixo e disse. -----

----- Portanto é assim: a Mini Grula em Linda-a-Velha não tem, outra vez, em Julho e Agosto não há sacos azuis lá, a minha filha andou a falar para a Câmara, acabou por falar com uma Senhora Engenheira, penso que é Sofia Gomes, muito simpática que falou, falou, falou mas aquilo que a minha filha concluiu é que os serviços não têm organização suficiente para cumprir, de pôr nos pontos de venda estes sacos azuis. A senhora torneou, não disse isto claramente mas foi, é já o segundo ano ou é para cumprir os sacos azuis ou não é. Tanto mais que muitas vezes passa a camioneta da Câmara e leva tudo e a pessoa esteve em casa a separar o lixo, a pôr dois miúdos com cinco e sete anos a fazerem as coisinhas muito certas e depois ouvem dizer que foi tudo a esmo. -----

----- Outra coisa que eu queria saber é assim: no Alto de Algés andei lá três horas há uns meses, eu tinha ouvido dizer que primeiro faziam-se os arruamentos e depois os prédios, mas ali há arruamentos que não se consegue nem com as saias à cabeça passar de um lado para o outro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tal é o monte de pedras, não era melhor mandar-se fazer os arruamentos para uma pessoa ter ideia de como aquilo vai ficar e não fazer, abrem uma rua põem-lhe um prédio, abrem mais um bocadinho põem outro prédio. -----

-----Venho também perguntar pela Habijamor, falo em meu nome não estou a falar em nome da cooperativa, sou sócia. Gostava de saber porque o projecto já está há mais de dois meses e parece que continua emperrado. -----

-----Depois gostava que me dissesse outra coisa, tenho aqui o Parque dos Poetas e gostava de lá ir mas de transportes públicos, não consigo saber como é que se pode ir. -----

-----Aqui a Senhora Vereadora há pouco deu-me aqui. Auditório da Estação Agronómica Nacional, qual é o transporte?-----

-----Vinha deixar aqui uma ideia, que é da Câmara de Lisboa, a Câmara de Lisboa também não faz tudo bem, mas por acaso isto faz, que para ir ao Keil do Amaral diz aqui os autocarros todos possíveis e imaginários. Era engraçado porque eu gosto muito de andar de transportes públicos porque guio com dificuldades. -----

-----Outra coisa: a rua João Chagas que liga Algés a Linda-a-Velha até ao cruzamento da Francisco José Vitorino tem muitas tampas de esgotos em baixo, aquelas tampas agora com o Inverno estão..., deram-lhes um bocado de cimento à volta mas aquilo não é maneira de ficar e se o Inverno vem por aí fora isto é complicado. -----

-----Outra coisa que trago aqui é o seguinte: o senhor do grupo parlamentar do PSD referiu que as pessoas só vêm aqui dizer mal, eu queria lembrar-lhe, eu não sei o nome do senhor, que os eleitos são obrigados a cumprir cem por cento. Acontece que é isto que nós estamos à espera, muitas vezes as coisas parecem que estão muito bonitas, a Câmara de Oeiras tem coisas bem feitas e bonitas e as Freguesias também têm coisas bem bonitas feitas, mas muitas delas têm muitos pés de barro e, portanto, as pessoas sentem-se enganadas. Portanto, penso que não há necessidade de vir dizer aos eleitos que estão a fazer as coisas bem porque foi

para isso que eles foram eleitos, é assim que vejo essa missão, que é bastante complicada. Boa tarde e obrigada.”-----

#### 7.4. C.M.O. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Só para confirmar que relativamente à questão que aquela senhora pôs, eu tenho reunião, como aliás tinha dito na reunião de Câmara da semana passada, agora não lhe posso dizer mas a reunião ou está marcada para seis ou para onze de Outubro, ou é na próxima segunda ou é na próxima sexta, agora não posso precisar, para ver esta situação e descodificar tudo, aliás já lhe disse na reunião de Câmara que me parecia bastante confusa. -----

----- Relativamente às questões colocadas pela Senhora Dona Ermelinda, de facto no dia trinta e um de Agosto, que foi quando se verificou aquelas inundações e todo aquele problema em Tercena, nós estivemos lá, e, que em sequência sinalizámos a situação. Dizer que para além da protecção que se pôs mas que é uma protecção muito relativa, foi tratado todo o processo e vai-se fazer um ajuste directo na próxima semana, vai à reunião de Câmara para ajuste directo, para se intervir porque, realmente, aquela situação está perigosa e tive oportunidade no dia trinta e um de Agosto de verificar exactamente isso. -----

----- Relativamente à situação do Castro de Leceia, é uma questão de termos de dar acesso às garagens, portanto, daí aquela situação sinalizada e reclamações, inclusivamente, do proprietário das moradias. -----

----- Relativamente às questões colocadas pela Senhora Dona Clotilde, dizer que, de facto, houve um problema a nível de concurso por causa dos sacos azuis, houve ali uma rotura, e, portanto, registamos isso mas eu devo dizer que são sempre bem vindas as sinalizações que nos faz que é exactamente para nós podermos corrigir situações. -----

----- Relativamente à Habijamor vou ver o que se passa, sei que entraram uns processos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isso sei, não sei qual é o ponto da situação neste preciso momento mas admito que esteja já na parte final. -----

-----Relativamente aos transportes para o Parque dos Poetas, dizer-lhe que existe a carreira cento e onze da estação de Oeiras à estação de Paço de Arcos e aproveitando aqui os Senhores Vereadores presentes, cada vez que se fizesse uma brochura em que se divulga uma iniciativa, passarmos a pôr como lá chegar. Portanto, em termos de planta e em termos do próprio meio de transporte disponível. Muito obrigada por essa achega, às vezes não pensamos sobre alguns detalhes e vale sempre a pena. -----

-----Vamos ver o que se passa em termos da rua João Chagas e do desnível que referiu das tampas de esgoto face ao alcatrão.”-----

### **8. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO**-----

----- Por decisão unânime da Mesa e de acordo com os Líderes Parlamentares, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para o dia sete de Outubro, no mesmo local e à mesma hora. -----

### **9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e cinco minutos, à qual estiveram presentes trinta e nove Membros desta Assembleia Municipal (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia de Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Lopes Neno, António José Dias da Silva, Salvador Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Elisabete de Oliveira, Luiz Cardoso de Menezes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Ângela Silva Brito Leite, Rogério Simões Carneiro, Fernando dos Santos Ferreira, Luís Pereira de Sousa, Vidal Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro de Melo e Sá, Pedro de

Lara Everand, João Macedo Viegas, António Lopes Cabral, José António Tavares da Cruz, Carlos de Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto, Ferreira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivoto), conforme listas anexas. -----

----- Para constar se lavrou a presente Acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, pela Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro, e pelo Segundo Secretário, em substituição da Doutora Maria Alexandra da Silva Fraga, Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz. -----